

# 2018

## Relatório de Gestão

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo  
Coren-SP

Coren-SP

Alameda Ribeirão Preto, 82

Bela Vista - São Paulo- 01331-000

(11)3225-6300

[gabinete@coren-sp.gov.br](mailto:gabinete@coren-sp.gov.br)

<https://portal.coren-sp.gov.br/>

2018

# Relatório de Gestão

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo  
Coren-SP



## Apresentação

---

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP apresenta em seu relatório de gestão 2018, agora no formato de relato integrado, o desempenho financeiro no exercício e os esforços da gestão realizados em todas as áreas do Conselho.

A apresentação do relatório obedece ao disposto no parágrafo único do art.70 da Constituição Federal, e o conteúdo foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das DN TCU nº 170 e 172/2018 e da Portaria TCU nº 369/2018.

O Relatório de Gestão do Coren-SP está assim estruturado:

### Carta da Presidente

- **Capítulo 1 – Visão Geral Organizacional e ambiente externo**
- **Capítulo 2 – Planejamento Estratégico e Governança**
- **Capítulo 3 – Gestão de Riscos e Controles Internos**
- **Capítulo 4 – Resultados da Gestão**
- **Capítulo 5 – Alocação dos Recursos e Áreas Especiais da Gestão**
- **Capítulo 6 – Demonstrações Contábeis**
- **Capítulo 7- Outras Informações Relevantes**

## Mensagem da Presidente, Renata Andrea Pietro Pereira Viana

---



O planejamento, a transparência e a efetividade das ações estão entre as grandes prioridades da atuação do Coren-SP em 2018, quando uma nova gestão assumiu a autarquia para conduzi-la durante o triênio.

Para isso, o plenário 2018-2020, que tem como eixos norteadores a aproximação com os profissionais de enfermagem no estado de São Paulo e a atuação em prol de uma assistência segura à sociedade, adotou instrumentos que objetivam estabelecer uma governança responsável e compatível com os preceitos da administração pública, seguindo os padrões preconizados pelo Cofen, Tribunal da Contas da União e Controladoria interna.

Outra decisão importante e extremamente pertinente foi focar na performance voltada para as atividades-fim do Conselho: a fiscalização do exercício profissional, em prol de uma assistência segura e qualificada; e os serviços de inscrição.

Aprimorar e ampliar as ações institucionais em um estado com as dimensões de São Paulo é um grande desafio. Trata-se de um território que abriga 645 municípios e mais de 44 milhões de habitantes. Tal missão torna-se ainda mais desafiadora no atual cenário de precarização e baixo financiamento da saúde no país, impactando diretamente a vida dos públicos alvo do Coren-SP.

Portanto, enfrentar essa realidade exigiu que em 2018 iniciássemos o desenvolvimento da modernização da estrutura do Coren-SP e dos processos de trabalho, com o redesenho dos fluxos e otimização dos recursos. Para isso, a atual gestão definiu três pilares:

- Atuação institucional: consiste no aprimoramento dos canais de diálogo e comunicação, objetivando aumentar o grau de transparência dos atos públicos; assim como melhorar o clima organizacional, no sentido de elevar o comprometimento dos colaboradores, refletindo na qualidade dos serviços prestados aos inscritos e à sociedade;
- Eficiência operacional: buscar a excelência na gestão por meio de atividades fiscalizatórias com ênfase no processo educativo e preventivo a fim de zelar por uma assistência de enfermagem segura para a sociedade e profissionais de enfermagem;

- 
- Infraestrutura e tecnologia: disponibilizar a infraestrutura, recursos materiais e tecnológicos necessários às atividades administrativas e fiscalizatórias, a fim de permitir o melhor desempenho.

Conduzir a dinâmica da gestão pública exige capacidade de resiliência, tendo em vista a complexidade da estrutura burocrática que se impõe neste setor, além da crise econômica enfrentada pelo Brasil nos últimos anos.

A aproximação com os inscritos, com vistas à democratizar a gestão, também foi uma prioridade. Essa diretriz permite uma atuação mais assertiva, à medida que a diretoria ampliou seus canais de diálogo com os profissionais e também a presença nas instituições de saúde, captando *in loco* as principais demandas por fiscalização e aprimoramento da assistência. Também houve uma intensificação do diálogo com os gestores dessas instituições, no sentido de agilizar procedimentos que antes eram extremamente burocráticos para a contratação de novos profissionais quando ocorria notificação de déficit, a exemplo da Central de Conciliação.

O comprometimento com um projeto pautado pela transparência e planejamento, na busca por uma assistência de enfermagem segura, que reflita na melhoria dos padrões de saúde no estado de São Paulo, norteou as ações do Coren-SP em 2018. Neste relatório, apresentamos o detalhamento das ações que tiveram em seu horizonte a eficiência da gestão e, sobretudo, a utilização responsável dos recursos públicos.

Boa leitura!



Renata Andrea Pietro Pereira Viana

Presidente do Coren-SP

## Sumário

---

### Apresentação

#### Carta da Presidente

#### Capítulo 1 – Visão Geral Organizacional e ambiente externo

Quem Somos .....	08
Onde Estamos.....	09
Estrutura Organizacional.....	10
Ambiente Externo.....	13
Modelo de Negócios / Cadeia de Valor.....	14

#### Capítulo 2 – Planejamento Estratégico e Governança

Objetivos Estratégicos.....	16
Governança e Geração de Valor.....	18
Principais Canais de Comunicação.....	20

#### Capítulo 3 – Gestão de Riscos e Controles Internos

Controle de Riscos.....	24
Riscos e Relação com Objetivos Institucionais.....	25
Mitigação de Riscos.....	26

#### Capítulo 4 – Resultados da Gestão

Atuação Institucional.....	28
Eficiência Operacional.....	35
Infraestrutura e Tecnologia.....	38

#### Capítulo 5 – Alocação dos Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Gestão orçamentária e Financeira.....	41
Gestão de pessoas.....	50
Gestão de Licitação e Contratos.....	55
Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	58
Gestão da Tecnologia da Informação.....	60
Sustentabilidade Ambiental.....	65

#### Capítulo 6- Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador.....	67
Demonstrativos Contábeis.....	69
Notas Explicativas.....	76

#### Capítulo 7- Outras Informações Relevantes

Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	91
Visão Geral do Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	92
Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	93

#### Créditos

# **1.VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

## Quem Somos

---

Somos uma Autarquia (Conselho Profissional) criada nos termos da Lei nº 5.905 de 12/05/1973, com a finalidade de disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de enfermagem, realizar o julgamento e a aplicação de penalidades nos casos de infração ao Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, além do cumprimento a observância de seus princípios éticos e profissionais.

Por oportuno, é importante lembrar que a regulamentação de uma profissão objetiva a defesa dos interesses de toda a sociedade. A defesa da sociedade é conquistada quando, por meios legítimos, se impede a atuação de pessoa não habilitada no exercício de profissões, prevenindo que a conduta de tal pessoa cause dano material, físico, moral ou ético aos cidadãos que se utilizem de serviços profissionais especializados.

Tendo em vista a responsabilidade dos Conselhos Profissionais na supervisão da atividade profissional, o cumprimento de suas missões é de grande relevância para toda a sociedade. Neste contexto, também não pode ficar dissociada a questão relacionada à valorização dos profissionais.



### Nossa missão

Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional da enfermagem amparado por requisitos éticos e legais.



### Nossa visão de futuro

Ser uma autarquia de destaque na fiscalização profissional, reconhecida pela celeridade e modernidade e comprometida com a valorização do profissional de enfermagem.



### Atributos de valores para a sociedade

Ética, Eficiência, Transparência, Acessibilidade, Modernidade, Comprometimento, Responsabilidade, Profissionalismo, Credibilidade, Inovação e celeridade.



## Onde Estamos

Possuímos jurisdição em todo o território do estado de São Paulo, com sede e foro na respectiva capital.

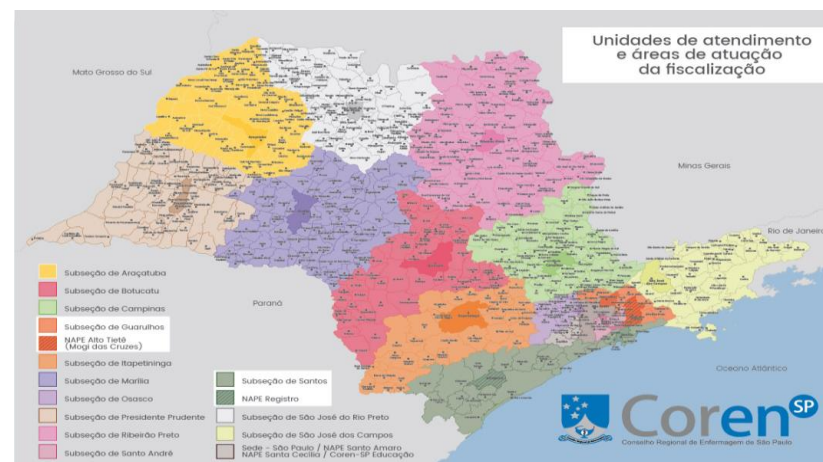
O estado de São Paulo possui uma área territorial total de 248.222 km<sup>2</sup>, com aproximadamente 46,6 milhões de pessoas e 645 municípios, sendo que no sistema informatizado do Coren-SP existem 18.404 instituições cadastradas com 108.609 profissionais vinculados.

Estamos presentes em vários municípios do estado em duas formas:

- Subseções: unidades descentralizadas para atendimento presencial dos profissionais de enfermagem e execução das atividades de fiscalização junto aos serviços de saúde;
- NAPEs: núcleos de atendimento ao profissional de enfermagem que realizam somente o atendimento presencial dos profissionais de enfermagem, não havendo atividades de fiscalização.

<https://portal.coren-sp.gov.br/fale-conosco/enderecos/>

Em 2018 possuíamos 529.358 profissionais inscritos (126.589 Enfermeiros; 201.119 Técnicos de Enfermagem; 195.283 Auxiliares de Enfermagem; 251 Obstetrizes; 210 Atendentes de Enfermagem.) com registro ativo. Vale ressaltar que o número de inscrições ativas não corresponde ao número real de profissionais vinculados a um serviço de saúde, e que este número pode sofrer alterações diretas mediante aumento ou diminuição dos postos de trabalho, bem como da quantidade de egressos das instituições de ensino superior e técnico. <https://portal.coren-sp.gov.br/institucional/quantidade-de-profissionais-no-estado-de-sao-paulo/>



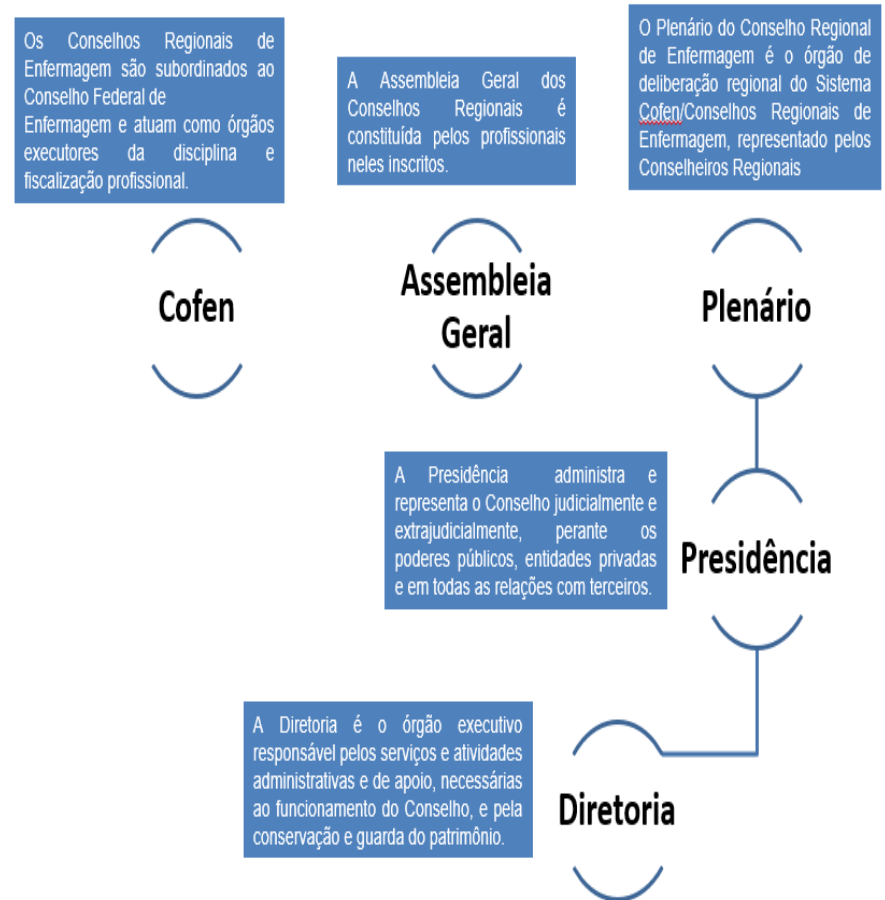
## Estrutura Organizacional

Temos autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da Administração Pública.

Somos compostos por 21 (vinte e um) Conselheiros e igual número de Suplentes, todos de nacionalidade brasileira, na proporção de 3/5 (três quintos) de enfermeiros e 2/5 (dois quintos) das demais categorias de Enfermagem regulamentadas em Lei, em número sempre ímpar, sendo sua fixação determinada pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen. O mandato dos nossos Conselheiros é honorífico e possui duração de três anos, admitida uma reeleição consecutiva.

Possuímos a seguinte estrutura organizacional: I – Assembleia Geral constituída pelos profissionais inscritos, II – Plenário, órgão deliberativo, III – Diretoria, órgão executivo.

<https://portal.coren-sp.gov.br/sobre-o-coren-sp/conselheiros/>



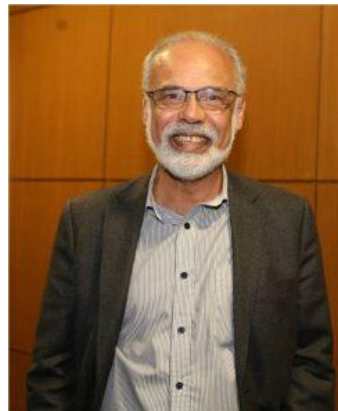
## Estrutura Organizacional

---

Abaixo destacam-se os diretores do Coren-SP do triênio 2018-2020 <https://portal.coren-sp.gov.br/sobre-o-coren-sp/diretoria/>



**Renata Andrea Pietro Pereira Viana**  
Presidente



**Cláudio Luiz da Silveira**  
Vice-Presidente



**Eduarda Ribeiro dos Santos**  
Primeira Secretária



**Paulo Cobellis Gomes**  
Segundo Secretário



**Jefferson Erecy Santos Caproni**  
Primeiro Tesoureiro

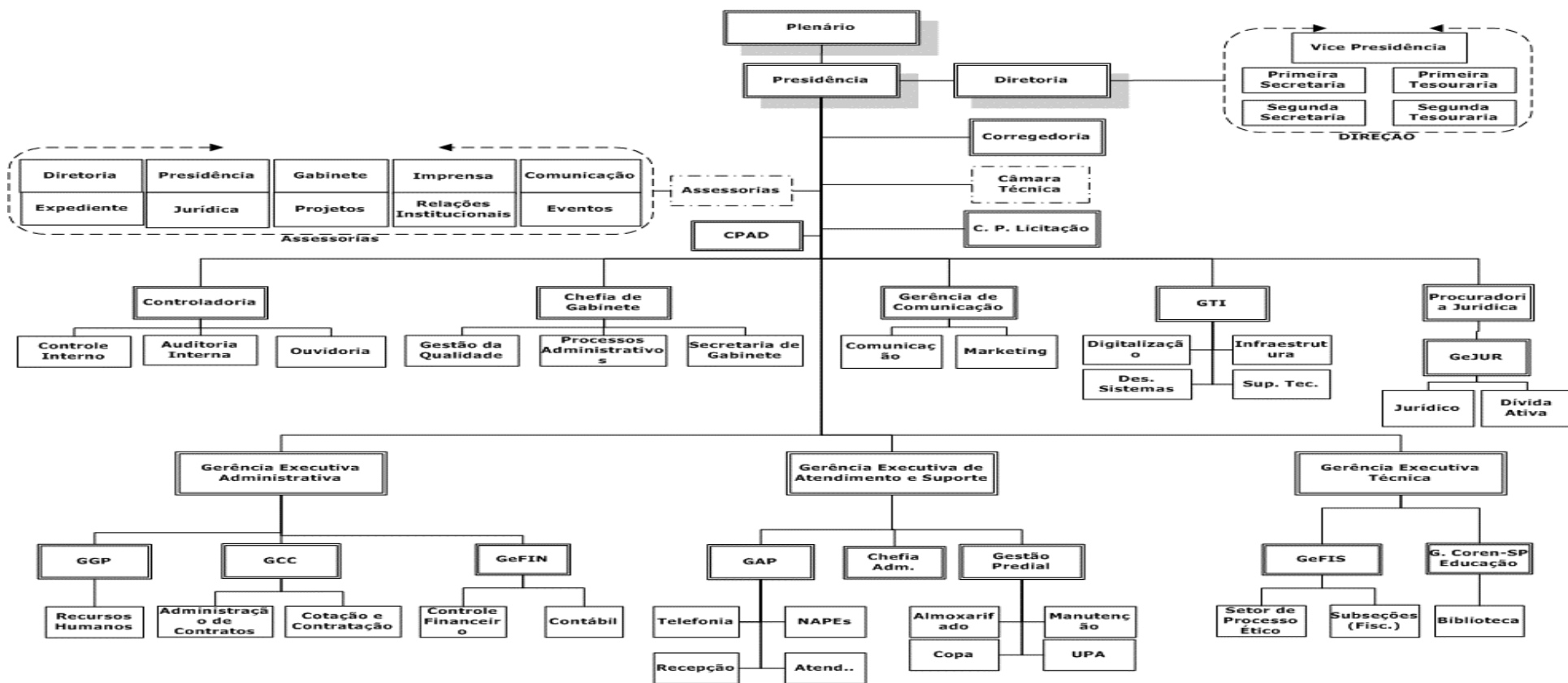


**Edir Kleber Bôas**  
Segundo Tesoureiro

## Estrutura Organizacional

Abaixo apresentamos de forma esquematizada a estrutura administrativa do Coren-SP:

<http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/organograma/>



## Ambiente Externo

No ano de 2018, todos os brasileiros acompanharam uma recuperação, ainda lenta, da economia do país, e considerando nosso modelo de negócios e cadeia de valores, essa lenta recuperação influenciou nosso desempenho mesmo que de forma indireta.

A seguir, elencamos alguns fatos do cenário econômico do país que consideramos importantes que constituíram nosso ambiente externo:

- “Apesar de ter travado o país no fim de maio, a greve dos caminhoneiros não foi a única responsável pela lentidão na recuperação econômica. As incertezas externas provocadas pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, pela emergência de uma coalizão eurocética na Itália, o vaivém da saída do Reino Unido da União Europeia e a tensão do processo eleitoral no Brasil derrubaram ainda mais as estimativas para o PIB. Inicialmente, a previsão de crescimento caiu para 1,6%. Nas últimas semanas do ano, o Banco Central reduziu ainda mais a projeção, para 1,3%, apenas metade do PIB inicialmente estimado para o ano”.  
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/retrospectiva-2018-veja-fatos-que-marcaram-economia>

### Crescimento

Expectativa para o desempenho do PIB em 2018



Fonte: Banco Central

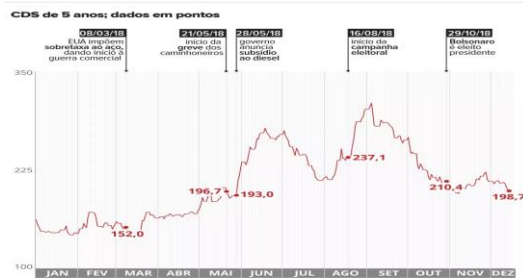
Infográfico atualizado em: 17/12/2018



<https://g1.globo.com/retrospectiva/2018/noticia/2018/12/21/retrospectiva-2018-a-economia-brasileira-em-6-graficos.ghtml>

### Risco-país

Evolução da percepção de risco dos investidores com o Brasil



Fonte: Consultoria Tendências

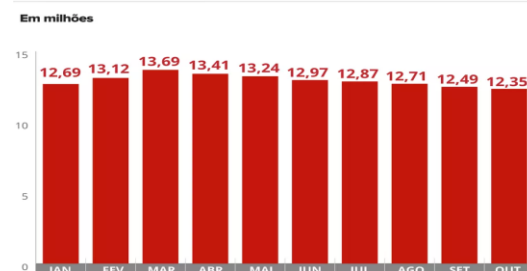
Infográfico atualizado em: 17/12/2018



<https://g1.globo.com/retrospectiva/2018/noticia/2018/12/21/retrospectiva-2018-a-economia-brasileira-em-6-graficos.ghtml>

### Desemprego

Número de desocupados no trimestre móvel



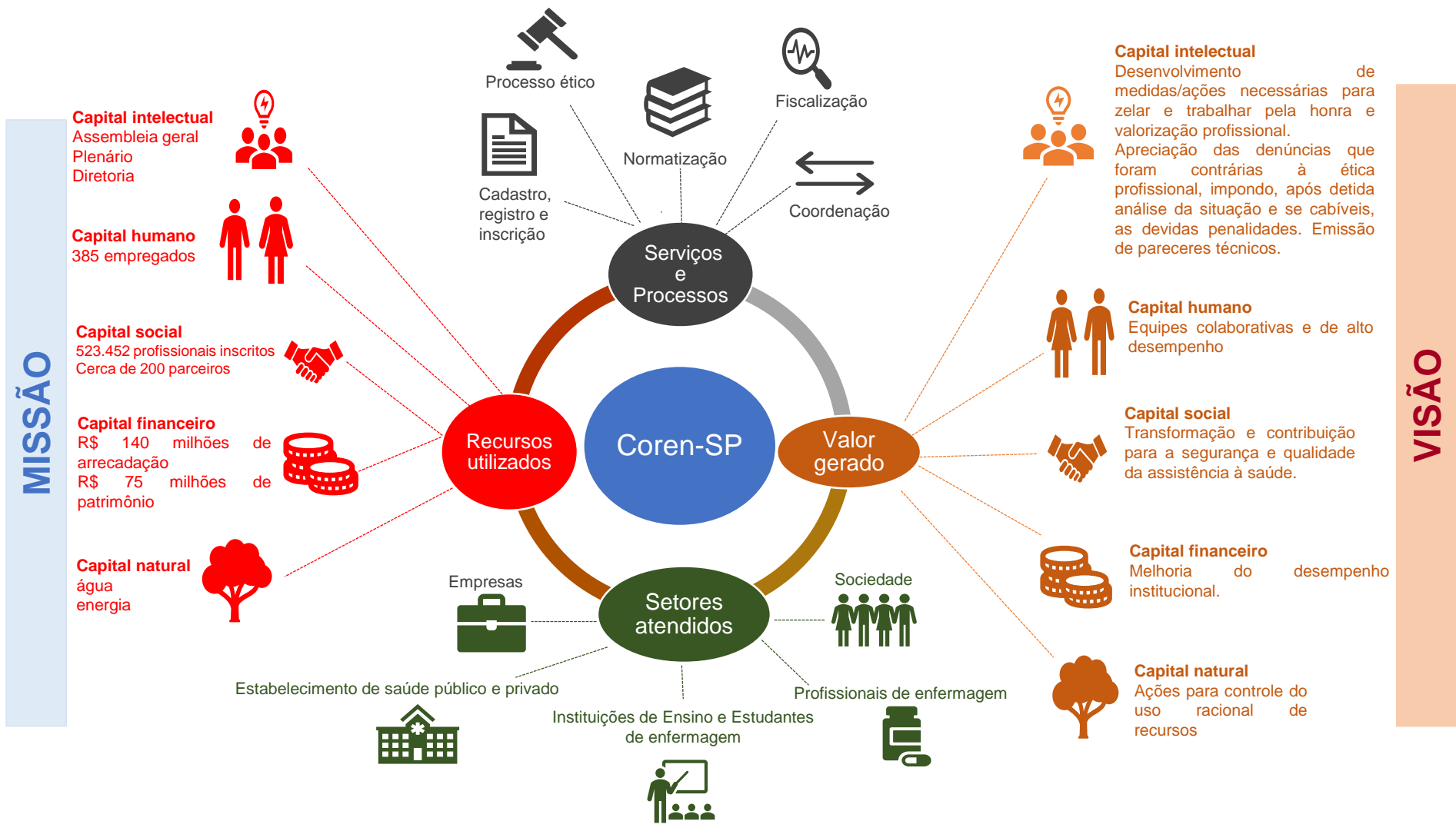
Fonte: IBGE

Infográfico elaborado em: 12/12/2018



<https://g1.globo.com/retrospectiva/2018/noticia/2018/12/21/retrospectiva-2018-a-economia-brasileira-em-6-graficos.ghtml>

# Modelo de Negócios / Cadeia de Valor



## **2.PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

## Objetivos Estratégicos

---

Desde o ano de 2015 o uso do Planejamento Estratégico como ferramenta abrangente e eficiente de gestão tem sido implantado.

A concepção de um mapa estratégico teve como finalidade identificar as ações de conformidade necessárias para que os departamentos do Coren-SP melhorassem seus desempenhos. Conseqüentemente, a priorização das melhorias foi feita por um Comitê de Planejamento Estratégico que também estabeleceu o acompanhamento da evolução dos trabalhos por meio de reuniões semestrais de reportes com os responsáveis pelos departamentos, incluindo se necessário correções de rotas, repriorizações, adequações ao orçamento anual, projeções de receitas e aos investimentos planejados no Plano Plurianual.

Considerando que o ano de 2018 foi o primeiro ano da atual gestão, as bases utilizadas até então, foram consideradas e analisadas, a saber:

1- Priorização da imagem que o Conselho deseja demonstrar à **sociedade** e aos seus funcionários em termos de missão da instituição, visão de futuro e atributos de valor nos quais estão apoiados o seu funcionamento.

2-Identificação das conformidades necessárias para melhor fluidez dos **processos internos** de trabalho, aqueles que afetam todos os departamentos e o público alvo do Conselho;

3- Identificação das conformidades necessárias para melhorar os **recursos específicos** dos departamentos, sendo eles: Infraestrutura e Tecnologia, Financeiro, Controladoria, Gestão de Pessoas, Jurídico, Suprimentos, Administração Predial, Patrimônio e Almoxarifado.

No decorrer do ano de 2018, face à elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2019-2020, com vistas ao alinhamento orçamentário do momento, e vislumbrando as possíveis ações para ao ano de 2019 as bases até então utilizadas foram revistas, e em consonância com o PPA foram reapresentadas, constituindo o planejamento estratégico que será implementado, e os objetivos anteriormente identificados foram analisados quanto à possibilidade de execução e então, realocados conforme as bases definidas.

Na próxima página apresentamos nossa estrutura de planejamento estratégico. <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/16721/download/PDF>



## Objetivos Estratégicos

**Nossa visão de futuro: Ser uma autarquia de destaque na fiscalização profissional, reconhecida pela celeridade e modernidade e comprometida com a valorização do profissional de enfermagem**

Atuação Institucional	Eficiência Operacional	Infraestrutura e Tecnologia
<p>Aprimorar os diferentes tipos de comunicação com os públicos externo e interno, diversificando os canais de comunicação, utilizando linguagem clara e acessível e disponibilizando, com transparência, informações sobre a missão, visão e dados de desempenho do Coren-SP</p>	<p>Incentivar o desenvolvimento das competências dos colaboradores para aperfeiçoamento dos processos de trabalho, garantindo a celeridade dos atos administrativos, otimizando os custos e recursos humanos, observando os princípios norteadores da gestão pública em-SP</p>	<p>Disponibilizar a infraestrutura, recursos materiais e tecnológicos necessários às atividades administrativas e fiscalizatórias, a fim de permitir o melhor desempenho, proporcionando condições de trabalho com saúde, segurança e preservação dos bens materiais e dos sistemas</p>
<p>Promover melhoria contínua da qualificação e formação dos profissionais inscritos para prestação de uma assistência segura</p>	<p>Buscar a excelência na gestão por meio de atividades fiscalizatórias com ênfase no processo educativo e preventivo a fim de zelar por uma assistência de enfermagem segura para a sociedade e os profissionais de enfermagem</p>	<p>Investir na atualização do parque Tecnológico, renovando a infraestrutura de TI (Equipamentos e Sistemas) e seu gerenciamento, de forma a garantir o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais ao funcionamento da Autarquia e à execução de sua estratégia</p>
<p>Melhorar o clima organizacional, elevando o comprometimento, a motivação e a satisfação dos colaboradores, resultando na melhora contínua do ambiente organizacional</p>		



34 objetivos analisados e realocados

**Eficiência Operacional = 22**  
**Atuação Institucional = 9**  
**Infraestrutura e Tecnologia = 3**



17 objetivos alcançados

**Eficiência Operacional = 12**  
**Atuação Institucional = 3**  
**Infraestrutura e Tecnologia = 1**

## Governança e Geração de Valor

---

O sistema de governança tem por principal objetivo abranger a estrutura administrativa, econômica, social, ambiental, legal, entre outras, com vistas a garantir que os resultados almejados pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados. A estrutura de governança é o reflexo da forma como os vários atores institucionais se articulam para obtenção da geração de valor desejada.

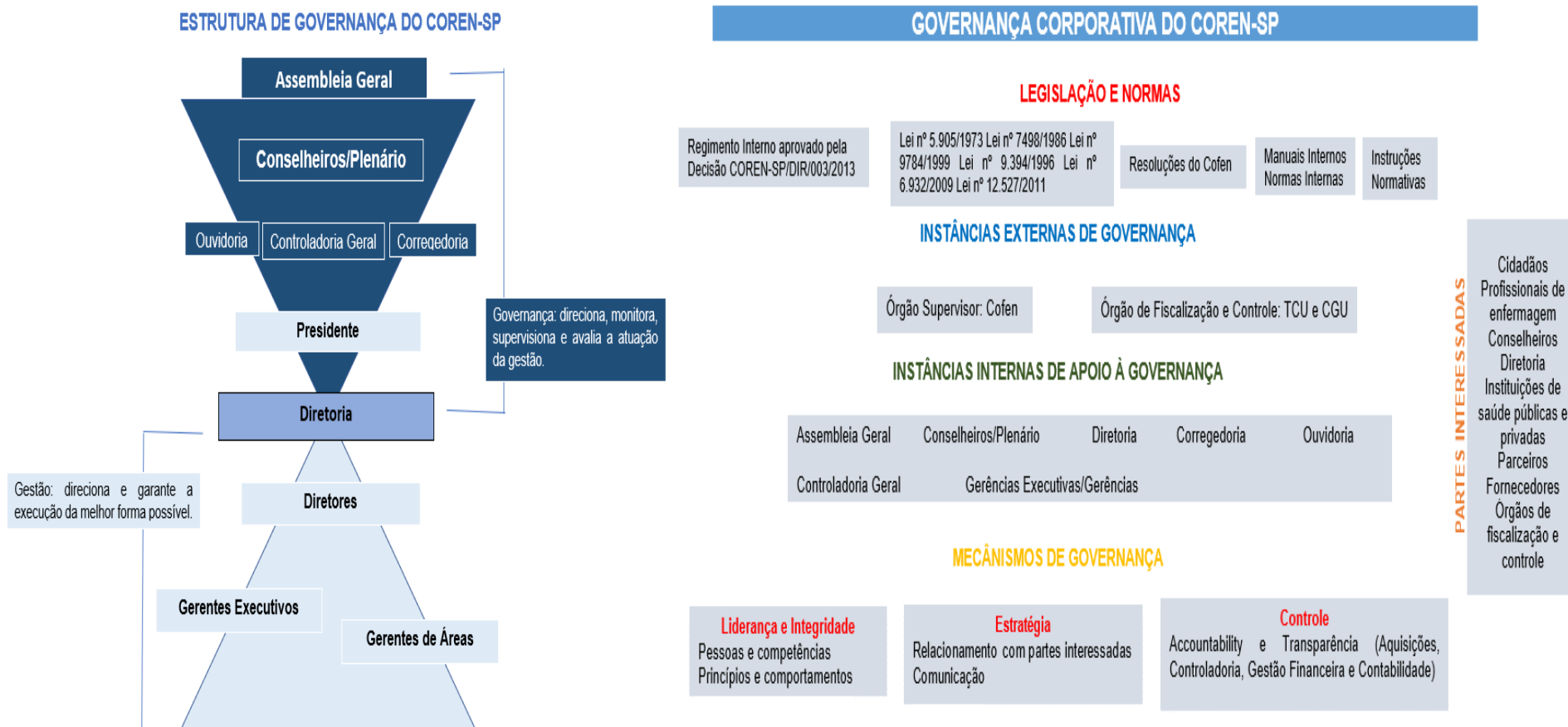
A estrutura de governança e gestão do Coren-SP é composta pelos seguintes órgãos:

- **Assembleia Geral:** constituída pelos profissionais inscritos, competindo-lhes eleger seus conselheiros efetivos e suplentes;
- **Plenário:** integrado e composto por 21 Conselheiros do Coren-SP, sendo o órgão deliberativo da entidade, constituindo-se em Tribunal de Ética para o julgamento das infrações ao Código de Ética de Enfermagem;
- **Controladoria Geral:** por meio do Controle Interno e Auditoria Interna, tem a capacidade de identificar as impropriedades administrativas;

- **Ouvidoria:** Canal de comunicação interno e externo que tem por objetivo registrar demandas pertinentes à prestação de serviços do Coren-SP, dar sugestões e fazer críticas quando as demandas suscitadas não são devidamente correspondidas;
- **Corregedoria:** responsável pelas atividades de correção e a gestão dos processos disciplinares;
- **Diretoria:** é o órgão executivo responsável pelos serviços e atividades administrativas e de apoio, necessárias ao funcionamento do Conselho, e pela conservação e guarda do patrimônio. É composta por 6 (seis) membros, ocupantes dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros;
- **Gerentes executivos e de áreas:** agentes de apoio administrativo com vistas à operacionalização das demandas administrativas.

## Governança e Geração de Valor

Seguindo o Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/referencial-basico-de-governanca.htm>), são representados abaixo nossa composição e arquitetura de governança. Em nossa estrutura de governança ressalta-se a ligação realizada pela Diretoria entre as instâncias de governança e gestão.



## Principais Canais de Comunicação

---



**Site do Coren-SP:** estão armazenadas informações relevantes sobre a Instituição, de interesse público da categoria, como, por exemplo: Lei de Acesso à Informação, componentes do plenário, missão, valores, serviços, publicações técnicas, avisos, editais, matérias envolvendo representatividade e atuação dos Conselheiros, da Presidência e dos demais membros da diretoria do Coren-SP. <https://portal.coren-sp.gov.br/>



**Redes sociais:** Durante o ano de 2018 as ações na rede social Facebook atingiram aproximadamente 44.766.243 pessoas, com 622.201 reações, 15.336 comentários, 136.884 compartilhamentos além das mensagens in box. Também utilizamos a ferramenta google meu negócio, que disponibiliza links para cada unidade do Coren-SP.

Facebook: <https://www.facebook.com/corensaopaulo/>

Twitter: <https://twitter.com/corensaopaulo>

YouTube: <https://www.youtube.com/user/tvcorensp>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/corensaopaulo>



**Revista do Coren-SP:** importante forma de diálogo com os profissionais, que têm mais facilidade de acesso às mídias impressas, apesar da notável presença nos nossos canais digitais. A publicação trimestral apresenta reportagens sobre as diversas áreas de atuação da enfermagem, panorama da saúde no Brasil e informa sobre os serviços e ações do Coren-SP. Em 2018 foram distribuídas 70.000 exemplares. <http://portal.Coren-SP.gov.br/publicacoes/enfermagem-revista/>



**Carta de Serviços:** A Carta de Serviços ao Cidadão –faz parte do esforço concentrado em aprimorar a Gestão do Atendimento, reunindo um conjunto de práticas de planejamento, gestão da qualidade e controle que pretendem agregar valor aos serviços prestados aos profissionais da Enfermagem e aos demais envolvidos no exercício da atividade. [http://portal.corensp.gov.br/sites/default/files/carta\\_de\\_servicos\\_1\\_0\\_05\\_2016.pdf](http://portal.corensp.gov.br/sites/default/files/carta_de_servicos_1_0_05_2016.pdf).

## Principais Canais de Comunicação

---



**Fale conosco:** registra as demandas pertinentes à prestação de serviços do Conselho. No ano de 2018 foram recebidas e solucionadas 10.203 demandas. <https://portal.coren-sp.gov.br/fale-conosco/>



**Ouvidoria:** o espaço se constitui em mais um canal de comunicação entre os profissionais de Enfermagem, a sociedade e a instituição para fazer solicitações, reclamações, denúncias, dar sugestões, fazer elogios, entre outras informações. No ano de 2018, foram recebidas 3024 demandas, sendo que 89,75% foram solucionadas, 2,48% eram improcedentes, 0,46% foram encaminhadas a outros órgãos e 7,31 ficaram pendentes. <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/>



**Portal da transparência:** espaço de informação em consonância com a Lei de Acesso à Informação, que conta com a supervisão de uma Comissão e autoridade de monitoramento com vistas à manutenção da atualização dos dados apresentados. <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/>  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)



**Clube de Benefícios:** oferta benefícios aos profissionais, resultantes de parcerias do Coren-SP com empresas privadas em diferenciados segmentos comerciais como, por exemplo, cursos de idiomas, seguros e outros serviços, por meio de descontos específicos para os profissionais ativos inscritos no Órgão. <https://portal.coren-sp.gov.br/beneficios/>



**Coren Parceiro:** canal específico para criar parcerias com as instituições públicas e privadas que tenham interesse em divulgar seus eventos de caráter científico, cursos, congressos, seminários, palestras, entre outros, para formação profissional. Em contrapartida a instituição parceira destina no mínimo 10% do total das vagas para serem sorteadas entre os profissionais inscritos ativos e adimplentes no Coren-SP. Em 2018 ocorreram inscrições em eventos, cursos preparatórios e de atualização, pós-graduação e e-books. <http://portal.Coren-SP.gov.br/pra-voce/parceiros/>

## Principais Canais de Comunicação

---



**Comunicação (imprensa):** destina-se ao envio de solicitações dirigidas à comunicação do Coren-SP, especialmente de relacionamento com a imprensa, de matérias, conteúdos científicos, técnicos e institucionais com a finalidade de facilitar a comunicação entre os Coren-SP, a imprensa, as instituições de saúde e a sociedade por meio do e-mail: [comunicação@Coren-SP.gov.br](mailto:comunicação@Coren-SP.gov.br).



**Conselheiro ouvidor:** busca aproximar o Coren-SP dos profissionais de enfermagem por meio de visitas dos conselheiros a instituições de saúde. Dessa forma, os profissionais podem esclarecer dúvidas e levar demandas diretamente aos representantes do Coren-SP dentro de seu próprio ambiente de trabalho. [conselheiro.ouvidor@coren-sp.gov.br](mailto:conselheiro.ouvidor@coren-sp.gov.br)



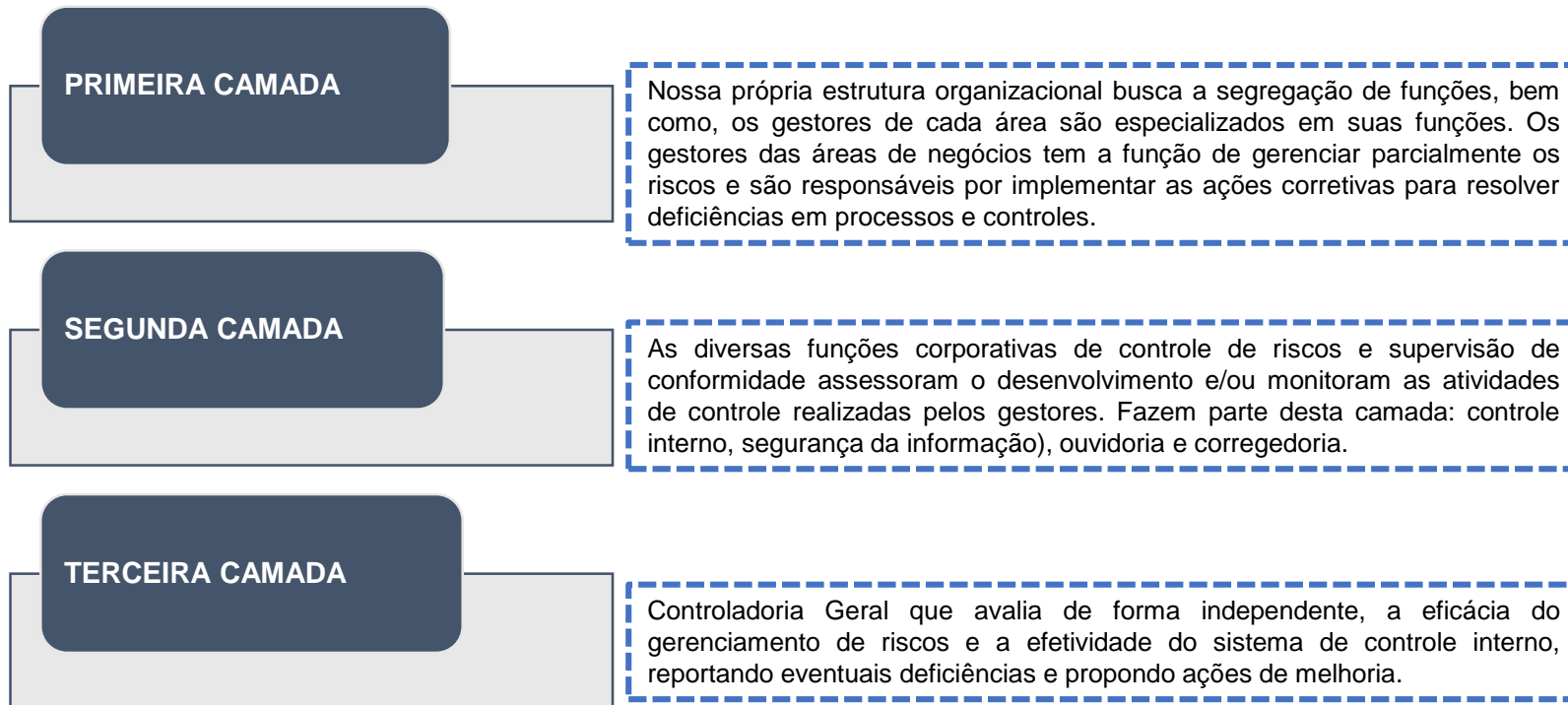
**Ingressa Coren:** aproxima o futuro profissional dos assuntos relacionados à ética e à legislação, o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo criou o programa Ingressa Coren, no qual realiza palestras para estudantes do último ano da graduação e dos cursos técnico e auxiliar de Enfermagem. No programa são divulgadas a história do Sistema Cofen/Corens, sua finalidade, as atividades desenvolvidas pela Autarquia, pelos conselheiros, a estrutura física, a de recursos humanos e logísticos, entre outros temas: [ingressa@coren-sp.gov.br](mailto:ingressa@coren-sp.gov.br)

## **3.GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

## Controle de Riscos

---

Nossa proposta de controle de riscos é baseada em três “camadas” que contribuem para que a organização possa atingir seus objetivos por meio do gerenciamento de riscos de forma padronizada e a consequente implementação de controles efetivos. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto no sistema de controle interno, de acordo com nossa estrutura de governança



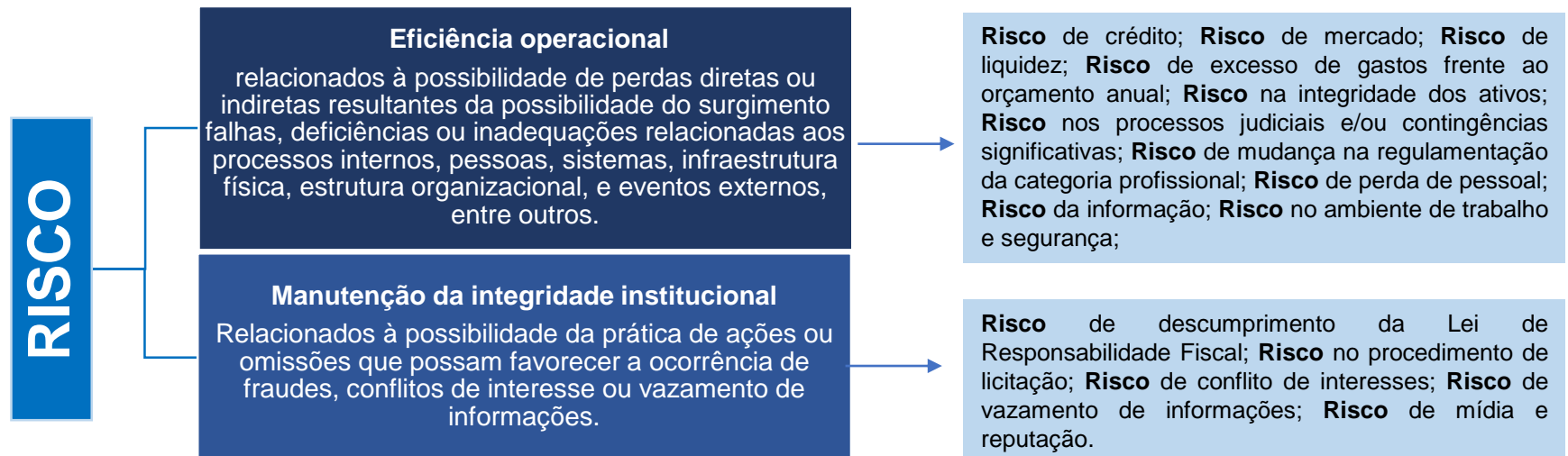


## Riscos e relação com objetivos institucionais

A gestão de riscos e controles internos prevê a valorização dos objetivos finais, possibilitando a revisão de processos com vista a garantir a prestação de serviços com qualidade, realizados com custos adequados, respeitando um planejamento prévio para garantir o uso de recursos com responsabilidade. Trata-se da prevenção de riscos inerentes à própria gestão, especialmente aos riscos oriundos da realização de várias operações.

Nosso Conselho ainda está em uma fase inicial em relação à elaboração de um fluxo de processo de avaliação de riscos, bem como a construção de um modelo estruturado de gestão de riscos.

No entanto, considerando nossas atividades é possível identificar ao menos dois núcleos de riscos:



## Mitigação de Riscos

### Mitigação dos riscos na eficiência operacional

- Garantia do cumprimento da legislação federal que dispõe sobre a exigibilidade da qualificação profissional e necessidade de arrecadação de tributo;
- Esforços de cobrança e negociação junto aos profissionais;
- Controle de realização de gastos mediante pré-empenho garantindo realização apenas de despesas e investimentos, pelos valores previamente orçados;
- Controle por meio de cronograma anual de desembolsos e monitoramento dos gastos com pessoal dentro dos limites da lei;
- Emissão de notas de análise quanto as prospecções de gastos e arrecadação;
- Controle de acesso físico às instalações e ampla política de cobertura de seguros;
- Ação de corpo jurídico efetivo destinado a consultoria prévia e independente em relação aos atos administrativos e de gestão;
- Atuação contenciosa judicial em defesa dos interesses da Autarquia;
- Prática da mediação por meio de central de conciliação;
- Monitoramento das ações e demandas da categoria junto aos órgãos de classe;
- Uso de política de segurança da informação;
- Implantação de comitê de TI;
- Rotina de backup dos dados gerados;
- Política de uso de ativos de TI.

### Mitigação dos riscos de manutenção da integridade institucional

- Procedimentos de apuração para identificação de casos de condutas antiéticas e de danos ao erário;
- Ações permanentes de monitoramento de acesso a sistemas e pastas de rede;
- Controle do cumprimento ao estabelecido pela Lei de acesso à informação – LAI;
- Controle dos procedimentos de compras e aquisições por uso de fluxo definido por meio de norma interna;
- Realização de auditoria e controle interno pela Controladoria Geral;
- Acompanhamento e gestão dos canais de informação e mídia;
- Acompanhamento dos dados emitidos pela ouvidoria.

## **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

## Resultados da Gestão

---

A seguir apresentamos nossos resultados alcançados conforme readequação e implementação das novas bases do plano estratégico no decorrer do ano de 2018.

### Atuação Institucional

Nosso Conselho, com vistas a estabelecer uma comunicação mais próxima com os profissionais, realiza atividades estruturadas por meio de ações temáticas especiais, a saber:

**Conselheiro Ouvidor:** Por meio de visitas dos Conselheiros às instituições de saúde, os profissionais de enfermagem podem esclarecer dúvidas e levar demandas diretamente aos representantes do Coren-SP dentro de seu próprio ambiente de trabalho.

**Ingressa Coren:** Realização de palestras para estudantes do último ano da graduação e dos cursos técnico e auxiliar de Enfermagem divulga-se a história do Sistema Cofen/Coren, sua finalidade, as atividades desenvolvidas pela Autarquia, pelos Conselheiros, estrutura física, de recursos humanos e logísticos, entre outros temas.



## Resultados da Gestão

### Atuação Institucional

**Roda de conversa com profissionais:** A atividade é aberta a todo profissional de enfermagem com inscrição ativa no Coren-SP e conta com discussões que abordam temas como desafios na Política Nacional da Atenção Básica, a prática profissional da enfermagem e protocolos de enfermagem na atenção básica.

**Encontro com Responsáveis Técnicos:** Realização de encontros em instituições com o objetivo de desenvolver a liderança e ocupar os espaços de gestão e de poder nas instituições de saúde, o que é um grande desafio para a enfermagem. Os Responsáveis Técnicos (RTs) são peças chave neste cenário e, para incentivar o empoderamento desses profissionais.



## Resultados da Gestão

### Atuação Institucional

**Atividades da Câmara Técnica:** As Câmaras Técnicas do Coren-SP constituem-se em órgãos permanentes de natureza consultiva, propositiva que visam discutir, planejar, orientar, implementar, avaliar e dar apoio técnico científico aos assuntos relativos à Enfermagem. Propõe estratégias para resolução de problemas, decorrentes da prática profissional, com vistas a orientar, contribuir e assegurar a qualidade das ações de enfermagem e o cumprimento da Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e as Resoluções designadas pelo Cofen, além assessorar o Plenário do Coren-SP e emitir pareceres relacionados ao exercício profissional de Enfermagem com responsabilidade social.

**Empossamento de Comissões de Ética:** As Comissões de Ética de Enfermagem exercem, por delegação do Conselho Regional de Enfermagem, atividades nos serviços de enfermagem das instituições de saúde com idoneidade, assumindo funções educativas, consultivas, conciliadoras, e de orientação e vigilância quanto ao exercício ético e disciplinar dos profissionais de enfermagem vinculados a tais entes. <https://portal.coren-sp.gov.br/comissao-de-etica-de-enfermagem/>



## Resultados da Gestão

### Atuação Institucional

**Atividades da área de Processos Éticos:** atende e organiza todas as denúncias face aos profissionais de acordo com o Código de Processo Ético Disciplinar <https://portal.coren-sp.gov.br/processo-etico-disciplinar/>. Havendo a instauração do processo ético após a devida sindicância, o Plenário deverá realizar o devido julgamento e deliberar quanto a aplicação das penalidades disciplinares previstas no Código de Ética Profissional. <https://portal.coren-sp.gov.br/codigo-de-etica-dos-profissionais-de-enfermagem/>.

**Eventos organizados:** realização de eventos externos e internos que tem por objetivo atender temas específicos, como por exemplo, a semana de enfermagem que acontece anualmente no mês de maio.

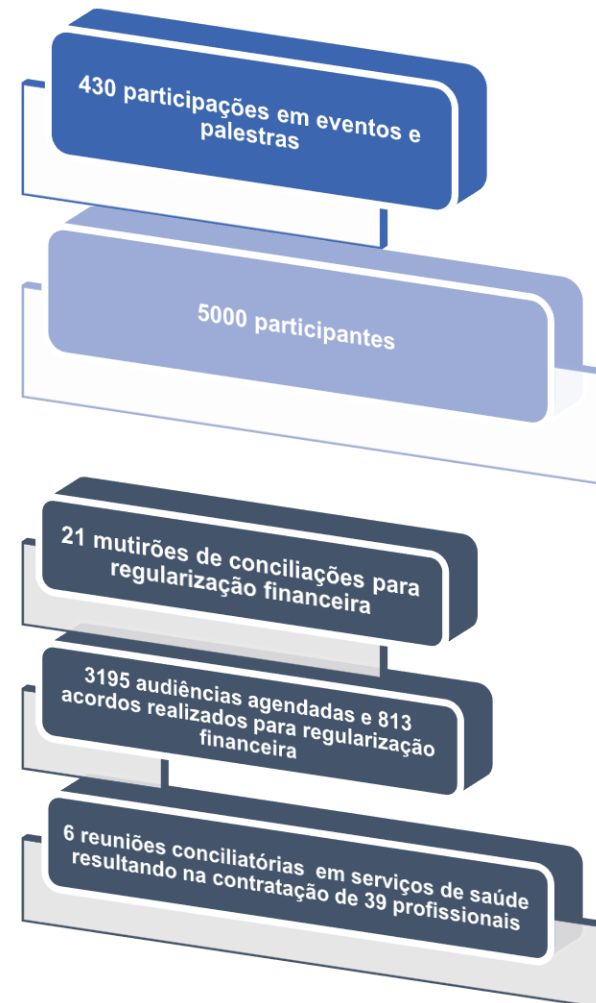


## Resultados da Gestão

### Atuação Institucional

**Realização de palestras externas:** Além das atividades educacionais promovidas pelo Coren-SP Educação, também são realizadas outras atividades de cunho educacional e representativo junto aos profissionais de enfermagem, por meio de palestras e participações em eventos relacionados à área da saúde e/ou específicos da enfermagem.

**Realização de conciliações:** Serviço inaugurado para auxiliar as unidades de saúde que apresentam inadequações detectadas nas visitas de fiscalização do Conselho e, também, os profissionais com pendências financeiras junto à autarquia: a Central de Conciliação, foi implantada por meio de portaria <https://portal.coren-sp.gov.br/portarias/portaria-coren-sp-pjur-001-2018/>





## Resultados da Gestão

---

### Atuação Institucional

#### Atividade educacional

O Coren-SP Educação é uma unidade que tem como escopo de atuação a realização de atividades de aprimoramento profissional de enfermagem de forma gratuita, atuando como ação conjunta à atividade fim da autarquia, considerando que tais ações subsidiam a qualificação de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, minimizando os riscos de danos causados pela indevida prática profissional e, assim, contribuindo de forma educativa nas ações de fiscalização e disciplina do exercício profissional.

As atividades de aprimoramento profissional desenvolvidas na unidade são de duas espécies: as internas, que incluem palestras, aulas, oficinas, cursos, visitas monitoradas, e as externas, que incluem as cessões de espaço para a realização de treinamentos e demais atividades de cunho educacional destinado ao profissional de enfermagem.

Ainda, a estrutura conta como uma Biblioteca, que tem um acervo destinado aos temas ético-legais do exercício profissional de enfermagem, mantendo em sua carta de serviços a disponibilização de livros para consulta “in loco” e acesso a conteúdo científico via eletrônica.

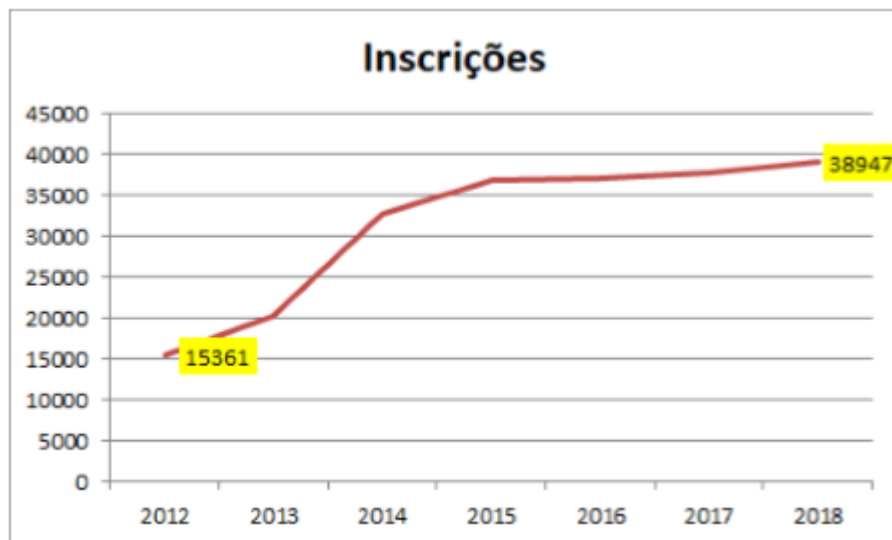
Para atendimento de suas ações, o Coren-SP Educação, unidade localizada na região central da capital de São Paulo, possui uma estrutura física composta por dois auditórios, um denominado como “Verde”, com 92 (noventa e dois) lugares, e um denominado “Vermelho”, com 155 (cento e cinquenta e cinco) lugares; uma Sala de Aula, com capacidade para 45 (quarenta e cinco) pessoas; uma Sala de Plenária, com capacidade para 20 (vinte) pessoas; e um Núcleo de Simulação, contemplando três laboratórios: Saúde do Adulto, Saúde da Mulher e Saúde da Criança, além de sua Sala de Controle. <https://portal.coren-sp.gov.br/educacao/>

## Resultados da Gestão

### Atuação Institucional

### Atividade educacional

Os dados de encerramento do ano de 2018 mostram os seguintes resultados:



O aumento de inscrições, que estava praticamente estagnado desde o ano de 2015, sofreu melhoria com a parceria e algumas ações de divulgação, que contou com a colaboração da Gerência de Comunicação do Coren-SP.



Vagas oferecidas: 44.195



Inscritos: 38.947



Presentes: 24.720

## Resultados da Gestão

### Eficiência Operacional

#### Atendimentos realizados pelo Coren-SP

Historicamente o primeiro trimestre apresenta um maior fluxo de atendimentos devido ao grande número de formandos que concluem seus cursos ao final do ano e buscam o devido registro (inscrição profissional), além do fato que, durante o primeiro trimestre do ano alguns serviços quando solicitados suscitam isenção do pagamento integral da anuidade do ano vigente, por exemplo, cancelamentos de inscrições, suspensões de inscrições, remissões de inscrição. O fluxo de atendimento também pode sofrer variações devido a abertura de novas instituições de saúde e consequente aumento de novos postos de trabalho.

#### Emissão de carteiras aos Profissionais da Categoria

O Conselho tem por atividade fim realizar o registro dos profissionais de enfermagem tornando-o habilitado a desenvolver suas atividades na área da saúde.

**94.370 carteiras emitidas em 2017**

**117.350 carteiras emitidas em 2018**

UNIDADES DO COREN-SP	ATENDIMENTOS 2017	ATENDIMENTOS 2018
<b>Alto Tietê - Mogi das</b>		
<b>Cruzes</b>	98	2.625
<b>Araçatuba</b>	2.331	2.611
<b>Botucatu</b>	2.321	2.617
<b>Campinas</b>	14.088	16.562
<b>Guarulhos</b>	6.202	7.046
<b>Itapetininga</b>	3.229	4.124
<b>Marília</b>	3.859	4.297
<b>Matriz</b>	56.380	51.712
<b>Osasco</b>	2.726	6.108
<b>Presidente Prudente</b>	2.026	3.298
<b>Registro</b>	516	1.005
<b>Ribeirão Preto</b>	6.879	7.903
<b>Santo Amaro</b>	6.982	8.520
<b>Santo André</b>	11.018	12.739
<b>Santos</b>	5.551	7.071
<b>São José do Rio Preto</b>	5.913	7.170
<b>São José dos Campos</b>	6.377	8.172
<b>Total</b>	136.496	153.580

O aumento das renovações de carteiras deveu-se à divulgação da obrigatoriedade de renovação, ações de fiscalização em instituições de saúde que resultaram em notificações aos profissionais com carteira vencida, e o projeto Conselheiro Ouvidor que também realizou a renovação de carteiras nas instituições de saúde

## Resultados da Gestão

### Eficiência Operacional

#### Atividade Fiscalizatória

A Gerência de Fiscalização (GEFIS) <https://portal.coren-sp.gov.br/fiscalizacao/> é o setor do Coren-SP que realiza a fiscalização do exercício da profissão nos locais onde existe a atuação de profissionais de enfermagem. Em 2018 houve uma intensificação das visitas fiscalizatórias e uma implementação efetiva da nova rotina de fiscalização baseada na Resolução 518/2016 do Cofen. Também houve um intenso trabalho de follow-up das irregularidades apontadas em visitas de 2012 e 2013. Na busca de adequação das estruturas nas instituições de saúde houve a implementação em 2018 das reuniões de conciliação promovidas junto aos gestores das instituições. Nossa presença no universo de instituições de saúde do estado aumentou no por meio das visitas fiscalizatórias, a saber:

ATIVIDADES REALIZADAS PELA FISCALIZAÇÃO	2017	2018	CRESCIMENTO
<b>Fiscalizações (*)</b>	2.224	3.128	41%
<b>Instituições visitadas</b>	1.939	2.780	44%
<b>Convocações (**)</b>	1.993	1.441	(18%)
<b>Sindicâncias arquivadas</b>	551	725	31%
<b>Oficinas de dimensionamento (***)</b>	349	425	22%
<b>Atendimento de denúncias de irregularidades enviadas pelo Ministério e outros órgãos</b>	642	776	21%

(\*) Visitas às instituições de saúde para verificar vários aspectos: caracterização da instituição, caracterização do serviço de enfermagem, cálculo de dimensionamento de pessoal de enfermagem, processo de enfermagem, registros de enfermagem, exercício ilegal de enfermagem, exercício irregular da enfermagem.

(\*\*) Audiências com profissionais para verificar denúncia

(\*\*\*) Oficina realizada para capacitação e orientação dos enfermeiros quanto à elaboração do cálculo de dimensionamento do pessoal de enfermagem.

## Resultados da Gestão

---

### Eficiência Operacional

#### Atividade de Certificação

Houve aumento na emissão do certificado de responsabilidade técnica - RT (documento obrigatório que identifica o enfermeiro designado a responder pelas atividades e pela equipe de enfermagem da empresa/instituição), e do certificado de registro de empresa- RE (documento obrigatório a toda empresa basicamente destinada a prestar e/ou executar atividades na área de Enfermagem, inclusive sob as formas de supervisão, de treinamento de recursos humanos, ou que, embora com atividade básica não especificamente de Enfermagem, presta algum desses serviços a terceiros).

Basicamente o aumento foi provocado pela abertura de novas instituições de saúde e também devido aos próprios apontamentos oriundos das visitas fiscalizatórias.



RT: 2017= 9.549  
RT: 2018= 11.886



RE: 2017= 159  
RE: 2018= 200

## Resultados da Gestão

### Infraestrutura e Tecnologia



Reforma da subseção localizada em Botucatu, melhorando as condições de atendimento aos profissionais da região.



Instituída Comissão de Procedimentos de Análise Documental- CPAD, com objetivo estabelecer critérios para guarda de documentos, uso racional da emissão de documentos em papel, digitalização e melhor otimização dos espaços dos arquivos.



Realizada a implementação e modernização do sistema de informações SIC 2.0, que engloba as informações dos profissionais inscritos bem como sua situação financeira junto ao Conselho



Realizado o fortalecimento da infraestrutura de segurança da informação por meio da tecnologia de Firewall e Antivírus.



Implantado outsourcing de impressão na sede do Conselho, objetivando maior agilidade, menores gastos e uso racional de recursos naturais.

Os investimentos em Infraestrutura e Tecnologia ficaram abaixo do previsto no orçamento, e foram transferidos para 2019, tais como:

- aquisição de microcomputadores (R\$ 1,5 milhões) e notebooks (R\$ 760 mil);
- aquisição de solução de Storage para arquivamento de dados (R\$ 2,3 milhões) e de Switch para transmissão de dados (R\$ 1,7 milhões);
- aquisição de novo software para gestão de RH (R\$ 700 mil).

## Resultados da Gestão

---

### Desafios e incertezas

- Manter o equilíbrio financeiro da instituição, face ao panorama econômico do país que nos impõe a necessidade de obter maior eficiência na realização de nossas atividades;
- Conseguir realizar a atualização da Infraestrutura Funcional e da Tecnologia da Informação da Autarquia, o que nos impõe a necessidade de investimentos significativos nestas áreas;
- Investir na expansão e agilização de nosso atendimento, bem como disponibilizar mais ferramentas digitais para aumentar a proximidade do Conselho com os profissionais de enfermagem;
- Implantar políticas de digitalização de documentação para diminuir a geração e consumo de recursos naturais;
- Implantar políticas de redução do uso de energia e água nas instalações do Conselho com vistas ao equilíbrio sustentável ;
- Apoiar as iniciativas que objetivam melhorar as condições laborais e tornar a jornada de trabalho mais justa para os profissionais de Enfermagem.

## **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**



## Desempenho Orçamentário

O orçamento do Coren/SP integra um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nas atividades e investimentos do Conselho, atendendo ao princípio do orçamento bruto.

A programação orçamentária do Conselho não depende do orçamento da União, e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades devidas pelos profissionais e empresas de enfermagem, dos emolumentos, multas de infração e outras previstas na legislação.

O orçamento, como instrumento de planejamento e de controle, reflete as decisões políticas e estabelece as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade.

O Orçamento aprovado do Coren/SP para o exercício de 2018 foi de **R\$ 140.223.557,50** para receita e despesa, previstas e fixadas em cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamentário.

A receita teve uma realização de aproximadamente 99,95% da Receita Prevista e a execução da despesa empenhada não ultrapassou o valor fixado na Proposta Orçamentária. Como resultado alcançou-se um superávit orçamentário de R\$ 17.678.084,28, demonstrado no quadro a seguir:

2018	RECEITA ARRECADADA	DESPESA EMPENHADA	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO
01- Corrente	140.146.514,42	121.743.775,30	0,00
02- Capital	0,00	724.654,84	0,00
03- TOTAL	140.146.514,42	122.468.430,14	17.678.084,28

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>

## Execução descentralizada com transferência de recursos

Este item não é aplicável a este relatório, considerando que o Coren-SP não realizou convênios ou parcerias que implicassem repasses de recursos no exercício de 2018.

## Informações sobre a realização das receitas

As receitas são caracterizadas como disponibilidades financeiras, constituindo a fonte de recurso utilizada pelo Conselho com a finalidade de atender às necessidades e demandas dos profissionais de Enfermagem. De um modo geral, a receita do Coren/SP possui a seguinte constituição:

\* **Receitas de Contribuições** – São oriundas da arrecadação das anuidades de Pessoas Físicas (PF) e Jurídicas (PJ), tanto do exercício de 2018, como de exercícios anteriores.

\* **Receitas de Valores Mobiliários** – São recursos oriundos do recebimento de juros e correção monetária de valores depositados em caderneta de poupança e remuneração de depósitos bancários, decorrentes de aplicação em CDB – Certificado de Depósito Bancário.

\* **Serviços Administrativos** – Compreendem as receitas advindas de serviços tais como: inscrição PF e PJ, expedição ou renovação de certidões PJ, expedição de carteiras de identidade PF, taxas de cancelamento PF, certificados de PJ, outros serviços administrativos PF e PJ.

\* **Multas e Juros de Mora** – São as receitas provenientes de multas, juros e correções monetárias incidentes sobre as anuidades do exercício corrente, bem como dos exercícios anteriores, Dívida Ativa e outras origens, tais como multa de eleições e multas de inexecução contratual.

\* **Indenizações e Restituições** – São as receitas advindas da recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores.

\* **Receitas da Dívida Ativa** – São recursos recebidos de profissionais inscritos em Dívida Ativa em fase Administrativa e Executiva. Consideram-se apenas os valores principais, sem multas, juros e correções monetárias, que possuem conta própria para registro.

\* **Receitas Diversas** – Neste grupo são registradas as receitas correntes não enquadráveis nos itens anteriores, tais como: atualização monetária, ônus de sucumbência e receitas não identificadas.

\* **Receita de Capital** – Corresponde aos recursos recebidos pela alienação de bens da Autarquia, amortização de empréstimos concedidos, entre outros.

Origem das receitas (anuidades; taxas de serviço; multas; doações etc.)	2018	2017	Varição %
01- CONTRIBUIÇÕES – ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS	91.576.458,00	87.466.373,95	104,70%
02- CONTRIBUIÇÕES – ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	550.080,13	650.501,95	84,56%
03- RECEITAS PATRIMONIAIS	3.667.391,32	3.723.072,59	98,50%
04- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	20.612.945,27	18.081.323,23	114,00%
05- MULTAS E JUROS DE MORA	9.901.569,98	7.706.678,97	128,48%
06- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.597,01	2.351,67	67,91%
07- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	13.544.712,02	15.413.921,35	87,87%
08- RECEITAS DIVERSAS	291.760,69	319.103,19	91,43%
<b>Total</b>	<b>140.146.514,42</b>	<b>133.363.326,90</b>	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>

Na análise comparativa entre a receita arrecadada no exercício de 2017 que foi de **R\$ 133.363.326,90** e a receita arrecadada no exercício de 2018 de **R\$ 140.146.514,42**, verificou-se um acréscimo da receita total de **5,09%**.

Notamos, após compararmos os exercício de 2018 e 2017, um acréscimo de 4,70 % no item de receita CONTRIBUIÇÕES – ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS, número este alavancado por novas inscrições durante o exercício de 2018.

Destacamos um incremento na arrecadação de serviços administrativos em aproximadamente 14%, quando comparamos os exercícios de 2017 e 2018, devido a novas inscrições PF, expedição ou renovação de certidões PJ, expedição de carteiras de identidade PF, taxas de cancelamento PF, certificados de PJ, outros serviços administrativos PF e PJ durante o exercício de 2018.

Das receitas auferidas pelo Coren/SP durante exercício de 2018, destacamos as oriundas das Contribuições – Anuidades de Pessoas Físicas, visto que estas representaram aproximadamente 65% da receita realizada no exercício, conforme constamos no quadro apresentado abaixo.

## Gestão Orçamentária e Financeira

Origem das receitas (anuidades; taxas de serviço; multas; doações etc.)



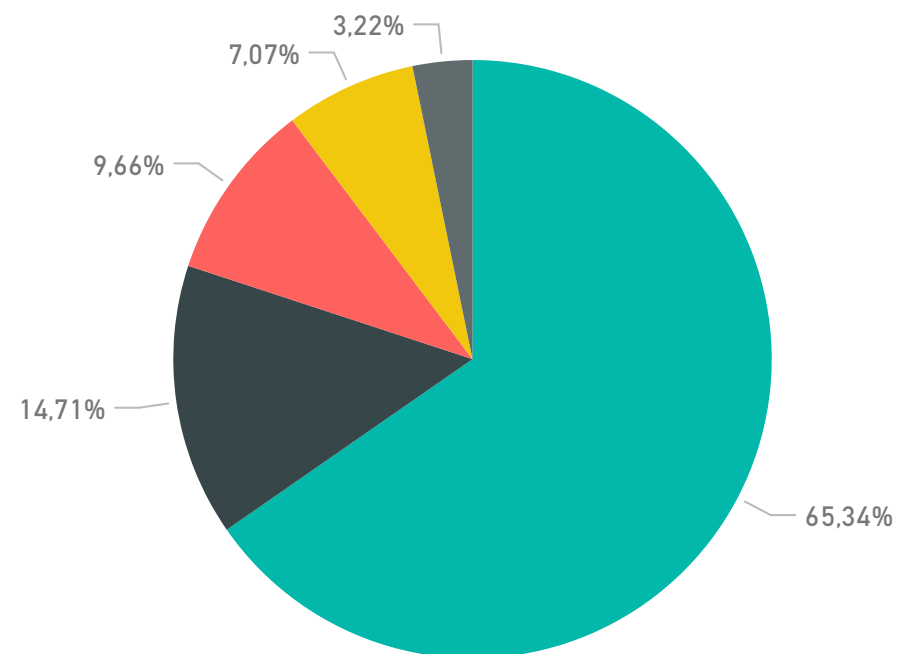
Origem das receitas (anuidades; taxas de serviço; multas; doações etc.)	2018	AV
01- CONTRIBUIÇÕES – ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS	91.576.458,00	65,34%
02- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	20.612.945,27	14,71%
03- MULTAS E JUROS DE MORA	9.901.569,98	7,07%
04- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	13.544.712,02	9,66%
05- DEMAIS RECEITAS	4.510.829,15	3,22%
<b>Total</b>	<b>140.146.514,42</b>	<b>100,00%</b>

Link para consulta:

<http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>

### Origem das receitas

- 01- CONTRIBUIÇÕES – ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS
- 02- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
- 04- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA
- 03- MULTAS E JUROS DE MORA
- 05- DEMAIS RECEITAS



## Gestão Orçamentária e Financeira

Previsão e arrecadação por natureza, justificando eventuais oscilações significativas	Previsão	Arrecadação	Execução %
01- ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	90.863.380,69	91.576.458,00	100,78%
02- ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	665.911,46	550.080,13	82,61%
03- RECEITAS PATRIMONIAIS	3.829.082,68	3.667.391,32	95,78%
04- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	19.196.734,08	20.612.945,27	107,38%
05- MULTAS E JUROS DE MORA	9.683.013,98	9.901.569,98	102,26%
06- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	1.597,01	
07- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	15.901.502,56	13.544.712,02	85,18%
08- RECEITAS DIVERSAS	83.932,05	291.760,69	347,62%
<b>Total</b>	<b>140.223.557,50</b>	<b>140.146.514,42</b>	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

A previsão da receita corrente é estabelecida tomando como parâmetro os seguintes critérios:

A partir do histórico de arrecadação de três períodos anuais, compreendidos entre out/14 e set/17, foram aplicados diferentes parâmetros para previsão das receitas do exercício 2018, de acordo com a natureza de cada receita.

As previsões de receita referentes às Anuidades PF e PJ e Serviços Administrativos (com exceção da Taxa de Cancelamento e Inscrições em Concursos Públicos) foram calculadas com base no último período de arrecadação, compreendido entre out/16 e set/17, com aplicação do INPC acumulado do mesmo período. Além disso, para estas receitas foi considerada uma previsão de crescimento de 5,01% no número de profissionais inscritos, de acordo com dados estatísticos do histórico de variação dos últimos 6 (seis) anos, com aplicação do modelo matemático Regressão Linear Simples. O cálculo final da previsão destas receitas está demonstrado na tabela 8.

### INPC (ÍNDICE GERAL) - SETEMBRO 2017

Variação mensal (%)	Variação acumulada no ano (%)	Variação acumulada em 12 meses (%)
-0,02	1,24	1,63

Fonte: site IBGE, Disponível em:

[https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1100#n1/all/v/all/p/last%201/c315/all/d/v44%202\\_v45%204\\_v68%202\\_v2292%202//t+p+v\\_c315/resultado- Acessado em 18/10/2017](https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1100#n1/all/v/all/p/last%201/c315/all/d/v44%202_v45%204_v68%202_v2292%202//t+p+v_c315/resultado- Acessado em 18/10/2017)

### Cálculo de estimativa de profissionais ativos para 31/12/2017

ÍNDICE	DATA BASE	ENF.	TÉC.	AUX.	OBST.	TOTAL	DIF. REL. DEZ. ANO ANTERIOR	VAR. % EM REL. DEZ. DO ANO ANTERIOR
1	dez /2011.	81.131	103.499	201.298		385.928		
2	dez /2012.	87.294	120.611	199.257		407.162	21.234	5,50%
3	dez /2013.	98.907	135.751	193.434	137	428.229	21.067	5,17%
4	dez /2014.	105.438	153.036	195.191	161	453.826	25.597	5,98%
5	dez /2015.	110.584	164.660	192.842	182	468.268	14.442	3,18%
6	dez /2016.	115.301	175.910	191.519	198	482.928	14.660	3,13%
7	dez /2017.	124.501	193.393	188.952	221	507.115	24.187	5,01%

OBS 1: Valores de dez/2017 são estimados.

OBS 2: O total do valor estimado pode não ser igual a soma por categoria

Fonte: Banco de dados Coren-SP – informações enviadas em 22/09/2017 pela Gerência de Tecnologia da Informação

A previsão de receita referente às anuidades de exercícios anteriores, dívida ativa, juros e multas foi calculada utilizando-se os dados históricos de recebimentos do período de outubro de 2014 a setembro de 2017, que mostrou comportamento de aumento linear dos valores arrecadados. Por este motivo, foi aplicado o modelo matemático Regressão Linear Simples, que possibilitou estimar a tendência de aumento dos valores com base na série histórica. Esta metodologia buscou traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação ao longo do período estudado e refleti-la para a previsão do Orçamento 2018.

Ou seja, para as receitas que historicamente apresentaram crescimento optou-se por aplicar o modelo matemático Regressão Linear Simples, o qual possibilitou estimar a tendência de aumento dos valores com base na série histórica.

Quanto à previsão para rendimento de aplicações financeiras, projetou-se para o exercício seguinte a arrecadação efetivada nos últimos 12 meses;

Já a previsão da receita de capital é feita de acordo com a expectativa de alienação de bens móveis e imóveis para o exercício seguinte.

Os reflexos positivos ocorridos nas receitas durante o exercício de 2018 se deram em função dos seguintes fatos: Receitas de anuidades e serviços, devido ao aumento no valor da anuidade e aumento no número de inscrição ao longo do exercício, já para as receitas de atualização monetária, multas e juros, foi ocasionado pelo trabalho de dívida ativa, mediante acordos de execuções fiscais e conciliações.

Cumprido salientar que o artigo nº 10 da Lei nº 5.905 de 12/07/1973 (Lei de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem) dispõe sobre a composição da receita do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN. Neste sentido, 25% (vinte e cinco por cento) da receita auferida pelo regional é compartilhada com o COFEN.

# Gestão Orçamentária e Financeira

## Informações sobre a realização das despesas

A Orçamento 2018 do Coren-SP, foi estruturado em conformidade e compatibilizado com o Plano Plurianual 2016-2018, conforme o disposto contido no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, seguindo as premissas da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e em atendimento às Resoluções Cofen nº 340/2008, 503/2016 e 532/2017.

Podemos definir a despesa no âmbito do Coren-SP como o conjunto de gastos realizados pelo Conselho para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade e aos profissionais (despesas correntes), bem como a realização de investimentos (despesa de capital), visando atender seu objetivo institucional previsto em lei.

No exercício corrente a execução da despesa ocorreu de forma equilibrada levando-se em consideração que o valor total previsto **R\$ 140.223.557,50**, deste valor total previsto, foi executada 87,34% que correspondeu ao valor R\$ 122.468.430,14.

No quadro abaixo evidenciamos os principais destaques da despesa corrente e de Capital executada.

2018	Despesas Totais Fixadas na Orçamento /2018	Despesas Executadas	%
01- Corrente	132.015.888,42	121.743.775,30	89,84%
02- Reserva de Contingência	1.356.684,93		0,00%
03- Capital	6.850.984,15	724.654,84	15,37%
<b>Total</b>	<b>140.223.557,50</b>	<b>122.468.430,14</b>	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

## Execução por Grupo e Elemento de Despesa:

**Grupo de Natureza de Despesa:** Classe de gasto em que foi realizada a despesa.

**Elemento de Despesa:** Classificação dos insumos usados ou adquiridos

GRUPO DE DESPESA	Valores Pagos 2018 - (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesa Paga / Dotação Atualizada (%)
01 – Despesas de Pessoal	64.495.238,56	69.775.137,42	45,99
03 – Outras Despesas Correntes	52.849.581,42	65.733.681,80	37,69
04 – Investimentos	567.094,03	4.714.738,28	0,40
<b>Total</b>	<b>117.911.914,01</b>	<b>140.223.557,50</b>	<b>84,08</b>

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Despesas de Pessoal	Valores Pagos 2018 - (R\$)	AV (%)
01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	151.561,98	0,24
02- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	43.969.137,98	68,17
03- OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12.535.736,17	19,44
04- OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.631.516,69	8,73
05- SENTENÇAS JUDICIAIS	1.516.569,59	2,35
06- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	690.716,15	1,07
<b>Total</b>	<b>64.495.238,56</b>	<b>100,00</b>

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Durante o exercício de 2018 houve o desembolso com pessoal e encargos no valor total R\$64.495.238,56, valor este, que ficou abaixo do limite prudencial de 47,5% (R\$ 66.606.189,81) estipulado para o exercício corrente, este valor foi calculado sobre a receita corrente líquida projetada para o exercício de 2018. Durante o exercício corrente houve um reajuste salarial de 3% visando a reposição de perdas dos meses anteriores, refletidos aos demais benefícios oferecidos aos funcionários, como vale refeição e alimentação e auxílio creche. Houve durante o exercício a execução do Plano de Demissão Voluntária, com critérios estabelecidos e amplamente divulgados entre os funcionários que totalizou o valor de desembolso de R\$ 690.716,15, valor este que se encontrava dentro dos limites orçamentários e financeiros do Conselho. Salientamos que o gasto da despesa com pessoal durante o exercício de 2018 ficou enquadrado dentro dos limites estabelecidos pela lei complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## Gestão Orçamentária e Financeira

Abaixo segue quadro que evidencia os parâmetros do limite com despesa de pessoal para o exercício de 2018.

01- Receita Corrente	140.223.557,50
02- (-) Deduções	0,00
03- (=) Receita Corrente Líquida	140.223.557,50
04- Despesas com Pessoal	60.384.365,53
05- Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	45.513.290,91
06- Obrigações Patronais	14.381.358,93
07- Decisões Judiciais	489.715,68
08- DEA-Outras Indenizações Trabalhistas	0,00
09- Percentual = Despesas com Pessoal / Receita Corrente Líquida	43,06%
10- Limite Resolução nº 340/2008 (50%)	70.111.778,75
11- Limite Prudencial (47,50%)	66.606.189,81

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

3 – Outras Despesas Correntes	Valores Pagos 2018 - (R\$)	AV (%)
01- TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	33.932.401,81	64,21%
02- DIÁRIAS	391.665,00	0,74%
03- MATERIAL DE CONSUMO	791.352,29	1,50%
04- MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	14.710,80	0,03%
05- PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	129.282,12	0,24%
06- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	444.035,94	0,84%
07- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.427.942,42	27,30%
08- DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	42.031,77	0,08%
09- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	42.262,42	0,08%
10- SENTENÇAS JUDICIAIS	24.116,08	0,05%
11- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	37.761,90	0,06%
12- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.572.018,87	4,87%
<b>Total</b>	<b>52.849.581,42</b>	<b>100,00%</b>

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Dentro do grupo de despesas Outras Despesas Correntes, destacamos os desembolsos com despesa com Transferência da Cota Cofen representou aproximadamente 64% do valor total executado dentro do grupo, este é um dispêndio que tem previsão no artigo nº 10 da Lei nº 5.905 de 12/07/1973 (Lei de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem) que dispõe sobre a composição da receita do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN. Neste sentido, 25% (vinte e cinco por cento) da receita auferida pelo regional é compartilhada com o COFEN.

Outro elemento de despesa que cabe destaque é Outros Serviços de Terceiros- PJ, que tem por finalidade a manutenção das atividades operacionais do Coren-SP podemos destacar: contratos de prestações de serviços, contas de consumo e demais despesas de manutenção entre outros que juntos representaram aproximadamente 27% do total das despesas do grupo.

Investimentos	Valores Pagos 2018 - (R\$)	AV (%)
01- OBRAS E INSTALAÇÕES	338.767,63	59,74
02- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	228.326,40	40,26
<b>Total</b>	<b>567.094,03</b>	<b>100,00</b>

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

O grupo de despesa de investimentos são classificadas na categoria de despesas de capital, quando comparamos o total da despesa fixada no orçamento para o exercício de 2018, notamos que foi executado apenas 12% do que estava previsto para ser utilizado em 2018. Exercício corrente obteve um desempenho abaixo do esperado, executando apenas 1% do valor total orçado, isto ocorreu devido ao fato de que alguns projetos da área GTI (Gerência de Tecnologia da Informação) pela complexidade de especificação dos objetos, bem como o fato de não ter havido tempo hábil no exercício para tramitação de todos os processos licitatórios para as aquisições previstas no orçamento.

# Gestão Orçamentária e Financeira

## Dotações e execução das despesas em 2017 e 2018

Despesa	2018					2017					Variação R\$ (K)=d-i	Variação % (l)=d/i
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (.c)	Pago (d)	RP Pago* (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago* (j)		
01- Despesas de Pessoal	69.775.137,42	66.195.046,88	65.705.693,55	64.495.238,56	1.128.265,00	61.679.660,46	59.305.659,22	58.871.068,88	57.742.803,88	1.045.235,99	6.752.434,68	11,69%
02- TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	34.965.497,11	34.153.750,15	34.153.750,15	33.932.401,81	171.435,53	32.966.063,10	32.434.948,10	32.434.948,10	32.263.512,57	425.275,27	1.668.889,24	5,17%
03- Outras Despesas Correntes	30.768.184,69	21.394.978,27	19.227.354,95	18.917.179,61	584.680,22	30.245.503,11	24.445.685,37	22.435.835,21	21.811.862,99	324.081,34	-2.894.683,38	-13,44%
04- Investimentos	4.714.738,28	724.654,84	567.094,03	567.094,03	209.057,50	2.046.432,33	359.585,71	270.630,03	217.766,60		349.327,43	60,42%
<b>Total</b>	<b>140.223.557,50</b>	<b>122.468.430,14</b>	<b>119.653.892,68</b>	<b>117.911.914,01</b>	<b>2.093.438,25</b>	<b>126.937.659,00</b>	<b>116.545.878,40</b>	<b>114.012.482,22</b>	<b>112.035.946,04</b>	<b>1.794.592,60</b>	<b>5.875.967,97</b>	

\*RP Pago: Restos a Pagar Proce

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

### Comparativo das despesas pagas 2018 x 2017

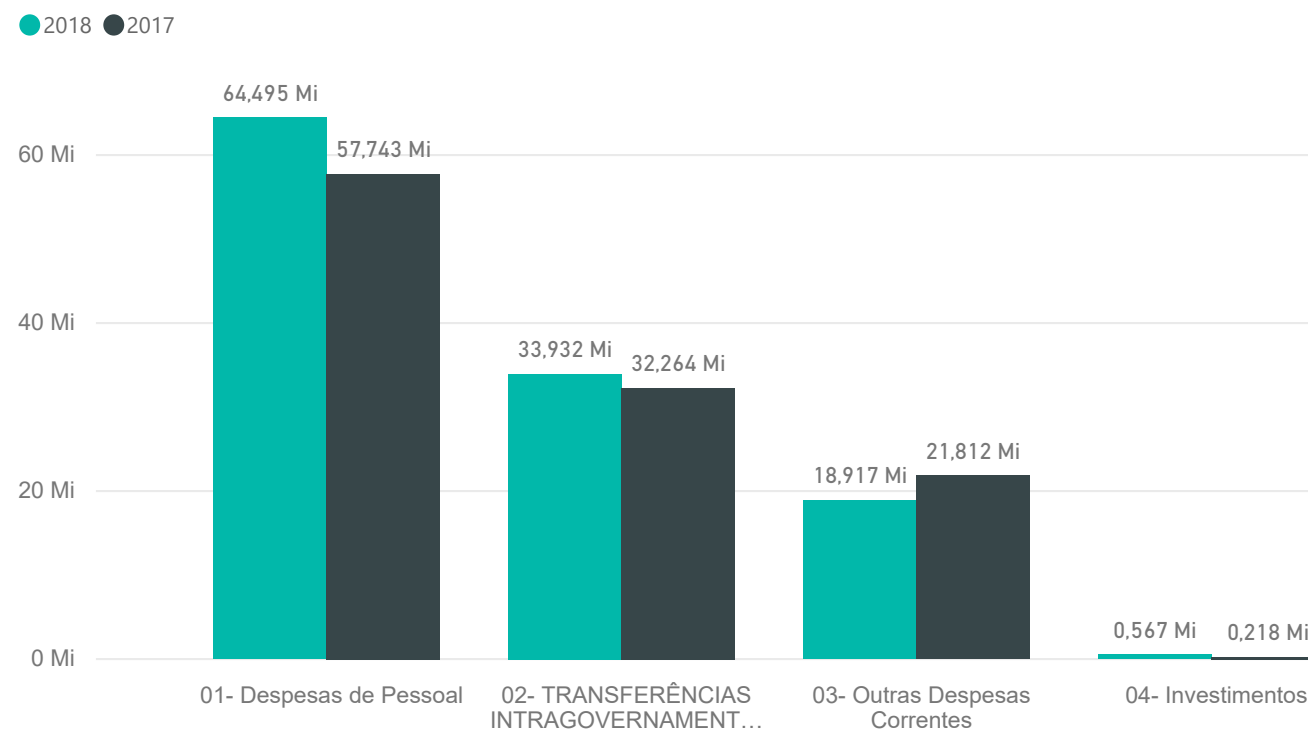
Despesas Pagas	2018	2017	AH
01- Despesas de Pessoal	64.495.238,56	57.742.803,88	11,69%
02- TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	33.932.401,81	32.263.512,57	5,17%
03- Outras Despesas Correntes	18.917.179,61	21.811.862,99	-13,27%
04- Investimentos	567.094,03	217.766,60	160,41%
<b>Total</b>	<b>117.911.914,01</b>	<b>112.035.946,04</b>	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Em 2018, os pagamentos das contas de custeio foram custeadas pelo próprio regional como pode ser verificado no gráfico acima comparativamente de 2018/2017 como despesa com pessoal houve um desembolso a maior em 11,69%.

Transferência Intragovernamentais foram efetuadas sobre as receitas repassadas em 2018 a maior 5,17%.

2018 e 2017 por Despesas Pagas



## Gestão Orçamentária e Financeira

### Comparativo de Outras Despesa Correntes Pagas 2018 X 2017

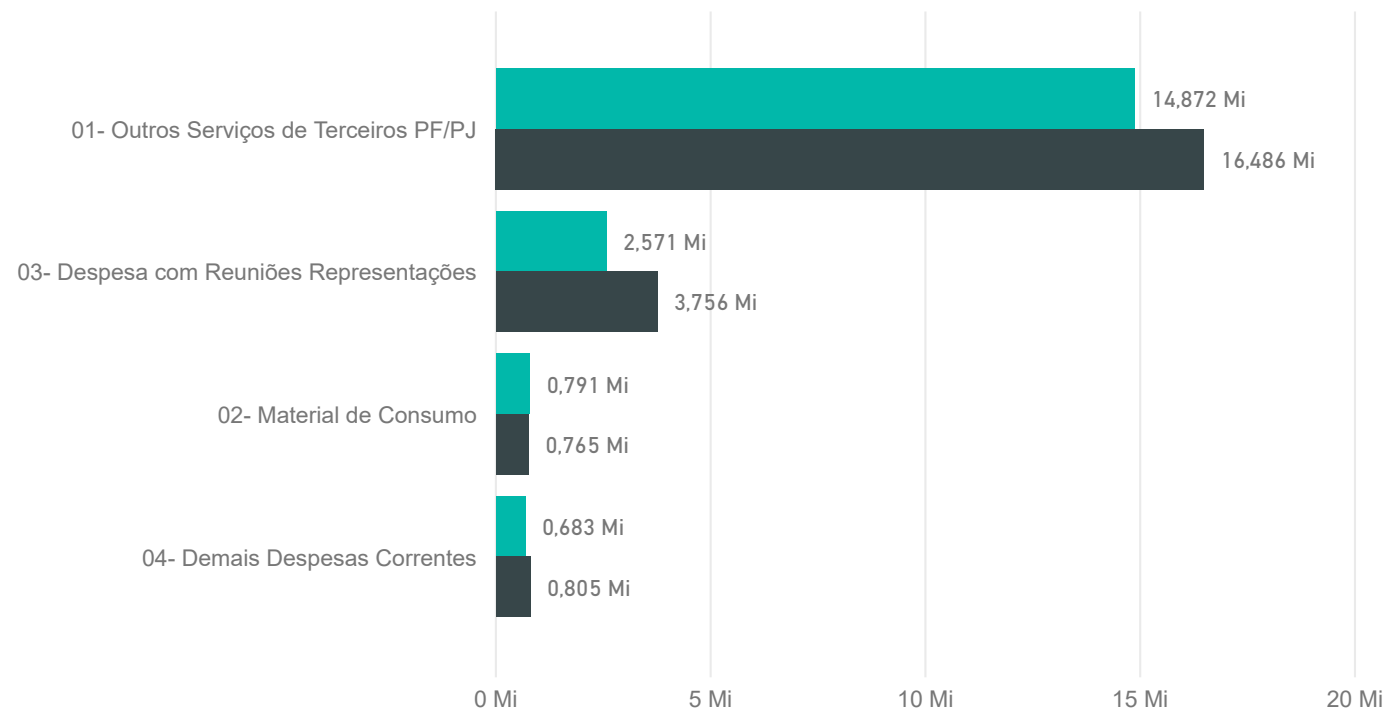
Outras Despesas Correntes Pagas	2018	2017	AH%
01- Outros Serviços de Terceiros PF/PJ	14.871.978,36	16.486.015,83	-9,79
02- Material de Consumo	791.352,29	765.257,23	3,41
03- Despesa com Reuniões Representações	2.570.858,50	3.755.572,50	-31,55
04- Demais Despesas Correntes	682.990,46	805.017,43	-15,16
<b>Total</b>	<b>18.917.179,61</b>	<b>21.811.862,99</b>	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

No grupo de Outras Despesas Correntes os valores desembolsados para Serviços de Terceiros PF/PJ, houve uma diminuição de 9,79%, quando comparamos os exercícios de 2017 e 2018, quanto aos desembolsos de Materiais de Consumo se mantiveram estáveis, tendo um aumento de apenas de 3,41%. Já as Despesas com Reuniões e Representação que são compostas pelos desembolsos com Diárias, Jetons e Auxílio Representação houve uma diminuição de 31,55%, ocasionadas pela diminuição no número de reuniões em 2018, em relação as Demais Despesas Correntes houve uma diminuição de 15,16% em 2018.

2018 e 2017 por Outras Despesas Correntes Pagas

● 2018 ● 2017



### Desempenho financeiro no exercício

Em virtude do prazo de vencimento das anuidades, o ingresso de receitas do Coren/SP ocorre de forma sazonal. Durante o período de Janeiro a Maio de cada ano, o fluxo de ingresso de receitas é maior e, conseqüentemente, superior ao dispêndio. Nos períodos seguintes há uma inversão, isto é, o dispêndio é superior ao ingresso de recursos, porém quando fazemos uma análise dos quatro trimestre do exercício de 2018, notamos o atingimento de R\$ 22.234.600,41, resultado da diferença entre as receitas arrecadadas e despesas pagas no exercício de 2018, conforme demonstrado no quadro sintético do cronograma de desembolso ao lado:

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Ingressos	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
01- Receita de Contribuições	54.884.431,10	17.505.591,63	9.161.107,89	10.575.407,51	92.126.538,13
02- Receitas Patrimoniais	781.068,89	1.038.563,83	986.959,82	860.798,78	3.667.391,32
03- Receitas de Serviços	6.518.936,23	4.718.381,86	5.323.193,80	4.052.433,38	20.612.945,27
04- Outras Receitas Correntes	5.927.131,44	5.309.617,42	5.106.627,20	7.396.263,64	23.739.639,70
<b>Total</b>	<b>68.111.567,66</b>	<b>28.572.154,74</b>	<b>20.577.888,71</b>	<b>22.884.903,31</b>	<b>140.146.514,42</b>

Desembolsos	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
01- Pessoal e Encargos	12.856.357,58	15.973.425,41	15.918.633,59	19.746.821,98	64.495.238,56
02- Outras Despesas Correntes	19.763.404,69	11.686.749,21	10.258.834,16	11.140.593,36	52.849.581,42
03- Despesas de Capital	214.348,10	163.911,93	19.534,00	169.300,00	567.094,03
<b>Total</b>	<b>32.834.110,37</b>	<b>27.824.086,55</b>	<b>26.197.001,75</b>	<b>31.056.715,34</b>	<b>117.911.914,01</b>

Ainda que o exercício de 2018 tenha sido um ano crítico, no tocante à economia brasileira, o Coren/SP não registrou insuficiência de caixa no período. O Balanço Financeiro do exercício de 2018 apresentou como saldo final em espécie, o qual foi transferido para o exercício de 2019, o montante de R\$ 55.056.381,95 resultado financeiro do exercício de 2018 alcançou o montante de R\$ 18.562.292,67, conforme demonstrado no quadro abaixo:

1- Saldo em espécie para o exercício seguinte	55.056.381,95
2- ( - ) Saldo em espécie do exercício anterior	36.494.089,28
3- ( = ) RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018	18.562.292,67

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público. Conforme disposto no artigo 105, da Lei Federal nº 4320/64, Ativo e Passivo, são separados em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem:

- O Ativo Financeiro;
- O Ativo Permanente;
- O Passivo Financeiro;
- O Passivo Permanente;
- O Saldo Patrimonial;

### As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas

e outros pagamentos independentes de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Com estas informações, é possível a construção de indicadores que retratam a real situação do Conselho no encerramento do exercício. A seguir, a relação e detalhamento dos indicadores que utilizaremos neste relatório:

#### a) Liquidez Imediata (LI) – Disponibilidades /Passivo Circulante

Indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos.

#### b) Liquidez Corrente (LC) - Ativo Circulante/Passivo Circulante

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos em curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.), para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

#### c) Liquidez Seca (LS) - (Ativo Circulante - Estoques) /Passivo Circulante

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

#### d) Liquidez Geral (LG) – (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante).

A liquidez geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

### Comparativo dos Índices de Liquidez dos Anos de 2018 e 2017

▲	ÍNDICES	ÍNDICE(%) - 2018	ÍNDICE(%) - 2017
	01- LIQUIDEZ IMEDIATA - (LI)	422,02	223,72
	02- LIQUIDEZ CORRENTE - (LC)	1.374,81	447,79
	03- LIQUIDEZ SECA - (LS)	1.373,39	446,50
	04- LIQUIDEZ GERAL - (LG)	1.554,52	1.011,48



### Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Os Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis foram reavaliados no exercício de 2015, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especificamente à NBC T 16.10, que estabelece os critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

Os reflexos gerados na Reavaliação e na Redução ao valor recuperável (impairment), demonstrados nos Laudos de Avaliação do Ativo Imobilizado e Intangível, considerou a data de 31/12/2015 como base de corte, sendo reconhecidos no Balanço de 2015.

O tratamento contábil da depreciação e amortização dos itens patrimoniais do Coren/SP obedece aos seguintes critérios:

- a) O cálculo da depreciação e amortização utilizam o método linear /cotas constantes, método que consiste em dividir o valor da aquisição do bem a ser depreciado pelo tempo de vida útil;
- b) A depreciação e amortização dos bens adquiridos e postos em operação são efetuadas a partir do primeiro mês seguinte à data de entrada do item no patrimônio.

A Metodologia de avaliação e mensuração de ativos e passivos segue o estabelecido na NBCT 16.10 que trata da avaliação e mensuração, a saber:

- a) As disponibilidades são mensuradas e avaliadas pelo valor original;
- b) O método para avaliação das saídas de estoques utiliza o método da média ponderada;
- c) O ativo imobilizado incluindo os gastos complementares é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou construção;
- d) O Ativo Intangível corresponde aos direitos que possuem por objetos bens incorpóreos destinados a manutenção das atividades públicas;
- e) As obrigações também são avaliadas e mensuradas pelo valor original, e as provisões constituídas com bases confiáveis em valores prováveis de sua realização.

---

### Sistemática de Apuração de custos no âmbito da Unidade

No exercício de 2018 foi implementada a estrutura do Plano de Centro de Custos, nos termos do Processo Administrativo nº 2696/2016. Tal estrutura será revisada anualmente, a fim de melhorar a qualidade da informação, subsidiando o Gestor no processo de tomada de decisão.

## Gestão de pessoas

### Conformidade Legal

Os conceitos e definições utilizados nos quadros da gestão de pessoas são baseados na Consolidação das Leis do Trabalho- CLT e suas alterações. Nesse contexto, o Conselho verifica e monitora periodicamente, as normas publicadas por meio de informativos especializados como o IOB e resoluções emanadas do Conselho Federal de Enfermagem – Cofen.



**2017: 374 empregados**  
**2018: 385 empregados**

O aumento apresentado de 10 efetivos foi motivado pela reposição de cargos em vacância.

#### CARGOS OCUPADOS

Tipo de Cargo	Qtde. Total			
	2017		2018	
Comissionado	15	4%	16	4%
Efetivo comissionado	21	6%	21	5%
Efetivo função gratificada	49	13%	52	14%
Efetivo	289	77%	296	77%
<b>Total Funcionários</b>	<b>374</b>		<b>385</b>	

#### SALÁRIOS PAGOS

Faixa Salarial	Qtde de Colaboradores			
	2017		2018	
De R\$ 1.500,00 até R\$ 2.999,99	9	2%	7	2%
De R\$ 3.000,00 até R\$ 3.999,99	121	32%	99	26%
De R\$ 4.000,00 até R\$ 4.999,99	74	20%	105	27%
De R\$ 5.000,00 até R\$ 6.999,99	16	4%	8	2%
De R\$ 7.000,00 até R\$ 9.999,99	31	8%	40	10%
De R\$ 10.000,00 até R\$ 14.999,99	112	30%	116	30%
De R\$ 15.000,00 até R\$ 20.979,00	11	3%	10	3%
<b>Total</b>	<b>374</b>		<b>385</b>	



212= 57%



12= 3%



162 = 42%

## Gestão de pessoas

### ETNIA

Cor	Quantidade			
	2017		2018	
Amarela	27	7%	28	7%
Branca	266	71%	275	71%
Parda	62	17%	65	17%
Negra	19	5%	17	4%
	374		385	

### FAIXA ETÁRIA

Faixa de Idade	Quantidade			
	2017		2018	
Até 30 anos	44	12%	37	10%
De 31 a 40 anos	157	42%	160	42%
De 41 a 50 anos	89	24%	100	26%
De 51 a 60 anos	67	18%	71	18%
Acima de 60 anos	17	5%	17	4%
Total	374		385	

### SITUAÇÃO FUNCIONAL

Situação Funcional	Quantidade Total			
	2017		2018	
Afastamento Doença	4		4	
Afastamento Judicial	2		2	
Aposentadoria por Invalidez	2		2	
Licença maternidade	1		1	
Licença não Remunerada	4		4	
Sub total	13	4%	13	3%
Ativos	361		372	

### ATIVIDADES REALIZADAS

Atividades realizadas	2018		2017	
Atividade Fim (*)	234	61%	222	59%
Coren Educação	16	4%	16	4%
Outras atividades	150	39%	136	36%
	385	100%	374	100%

(\*) Atendimento ao Profissional e Fiscalização

## Gestão de Pessoas

---

### Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Nosso processo de recrutamento e seleção é realizado da seguinte forma:

**Concurso Público:** Abertura de Edital para contratação, elaborado pela Gerencia de Gestão de Pessoas que realiza o cálculo da relação candidato por vaga e publica no Diário Oficial da União e site do Coren-SP, cumprindo o princípio da publicidade e legalidade

**Cargos Comissionados:** Recrutamento por meio de análise de currículo com vista ao atendimento da descrição do cargo previsto no plano de cargos e salários.

**Cargos em Função Gratificada:** Recrutamento por meio da análise de perfil e critérios como, avaliação de desempenho, assiduidade, pontualidade, perfil comportamental e curricular.

**Estagiários:** Programa de estágio é voltado para estudantes dos cursos de ensino médio e superior nas áreas de exatas e humanas.

Os estagiários atuam na sede e subseções, nas áreas de compras, tecnologia da informação, atendimento, comunicação, jurídica, dentre outras.

**Aprendizes:** O programa de aprendizagem é voltado para estudantes da rede pública e particular, matriculados e frequentes nas séries finais do ensino fundamental ou médio, com idade entre 14 e 24 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social. A idade máxima prevista não se aplica a aprendizes com deficiência. As vagas de aprendiz são abertas mediante substituição por término de contrato, o processo seletivo é realizado por meio da avaliação de redação, ficha cadastral e entrevista.

### Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

- 14 gerentes, sendo 9 empregados efetivos que representam 64% dos cargos gerenciais e 5 de funcionários comissionados que representam 36%.

### Detalhes de igualdades de oportunidade

- Dos cargos gerenciais 64% são ocupados por empregados efetivos e dos cargos de coordenadores 100% são ocupados por empregados efetivos. Quando ocorre vacância de cargos nas áreas o processo seletivo é feito por meio de banco de oportunidades com ampla divulgação, que oferece vagas a todos os colaboradores com as condições solicitadas pela vaga.

## Gestão de Pessoas

---

### Plano de cargos e salários

Nosso Plano de Cargos e Salários – PCS do Coren-SP, foi instituído em caráter originário, e devidamente homologado em cumprimento a resolução Cofen nº 242/2000. Sua primeira revisão ocorreu no ano de 2013, para aplicação de reajuste salarial e introdução da avaliação de desempenho bienal para propiciar progressão salarial de até 3% (três por cento).

Em 2018, por meio de comissão constituída especificamente para tanto, o plano de cargos e salários foi revisto e atualizado.

### Avaliação de desempenho e progressão salarial

A avaliação de desempenho ocorreu em setembro de 2018 e foram avaliados 289 colaboradores. Contemplou todos os empregados que cumpriam os critérios pré-estabelecidos no manual de avaliação de desempenho, e 285 colaboradores receberam 3% de reajuste pela avaliação bem como a devida progressão conforme a tabela de faixa salarial conforme plano de cargos e salários.

### Período probatório

Nosso Conselho não tem período probatório, pois o regime trabalhista adotado é a CLT e nossos colaboradores tem período de experiência dividido em 2 períodos de 45 dias cada um.

### Capacitação

Foram realizados 3 eventos com a participação de 145 empregados, correspondendo a 38% do número total de empregados.

## Gestão de Pessoas

### Gastos com folha de pagamento

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Aux. Bolsa-Estágio	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Assistência Médica e Auxílio Funeral	Programa de Alimentação ao Trabalhador					
<b>Concurados</b>												
Exercícios	2018	R\$ 31.194.055,41	R\$ 3.216.049,36	R\$ 3.048.317,11	R\$ 3.399.891,46	R\$ 882.431,27	R\$ 2.442.150,26	R\$ 4.934.057,74	R\$ 251,46	R\$ 1.402.045,89	R\$ 0,00	R\$ 50.519.249,96
	2017	R\$ 28.721.921,45	R\$ 2.782.981,98	R\$ 2.758.384,17	R\$ 3.029.346,86	R\$ 531.642,42	R\$ 2.048.396,96	R\$ 4.563.381,70	R\$ 142.398,55	R\$ 637.761,54	R\$ 0,00	R\$ 45.216.215,63
<b>Cedido</b>												
Exercícios	2018	R\$ 87.002,39	R\$ 0,00	R\$ 7.216,94	R\$ 4.026,41	R\$ 17.870,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 116.116,26
	2017	R\$ 0,00	R\$ 148.462,80	R\$ 12.371,90	R\$ 4.097,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 164.932,06
<b>Comissionados</b>												
Exercícios	2018	R\$ 2.735.671,07	R\$ 0,00	R\$ 205.783,58	R\$ 71.969,58	R\$ 225.360,37	R\$ 93.621,09	R\$ 234.010,20	R\$ 0,00	R\$ 114.523,70	R\$ 0,00	R\$ 3.680.939,59
	2017	R\$ 2.727.780,04	R\$ 0,00	R\$ 266.453,30	R\$ 129.756,32	R\$ 15.210,00	R\$ 83.305,38	R\$ 203.927,00	R\$ 0,00	R\$ 93.000,54	R\$ 0,00	R\$ 3.519.432,58
<b>Aprendizes</b>												
Exercícios	2018	R\$ 111.928,23	R\$ 0,00	R\$ 9.916,39	R\$ 0,00	R\$ 845,33	R\$ 0,00	R\$ 58.486,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 181.176,75
	2017	R\$ 9.684,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.684,00
<b>Estagiários</b>												
Exercícios	2018	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 289.082,29	R\$ 289.082,29
	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 571.349,38	R\$ 571.349,38
<b>Total 2018</b>		<b>R\$ 34.128.657,10</b>	<b>R\$ 3.216.049,36</b>	<b>R\$ 3.271.234,02</b>	<b>R\$ 3.475.887,45</b>	<b>R\$ 1.126.507,49</b>	<b>R\$ 2.535.771,35</b>	<b>R\$ 5.226.554,74</b>	<b>R\$ 251,46</b>	<b>R\$ 1.516.569,59</b>	<b>R\$ 289.082,29</b>	<b>R\$ 54.786.564,85</b>

### Principais desafios

- Implementação do programa de qualificação profissional aos colaboradores;
- Implementação do novo sistema de RH com todas as suas funcionalidades;
- Implementação do e-social;
- Melhora da estrutura de benefícios aos colaboradores;
- Constituição o Manual de conduta Ética e o Manual do Gestor (direitos e deveres) e conduta ética na Instituição;
- Digitalização de arquivos de dados dos empregados com vista à diminuição da quantidade de documentos impressos.

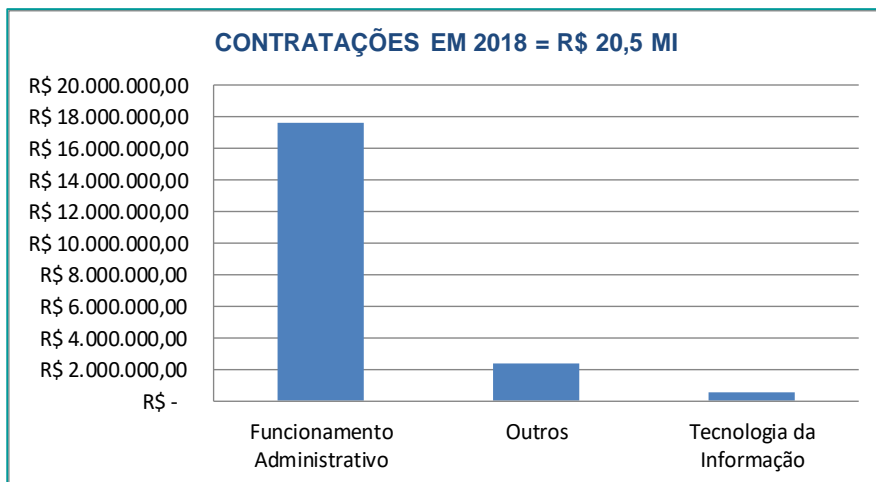
## Gestão de Licitação e Contratos

### Conformidade legal

Contamos com assessoria da Procuradoria Jurídica e Gerência Jurídica, ambas localizadas fisicamente na sede da Conselho, o que garante a aderência e conformidade das contratações com a Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, bem como a Norma Interna Coren-SP/CG/NI/001/2013 Versão 3.0.

### Contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

No exercício de 2018 foram gastos em contratações o valor global de R\$ 20.538.631,42 (vinte milhões, quinhentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e quarenta e dois centavos), assim distribuídos:

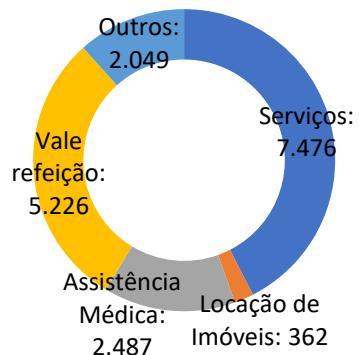


#### Funcionamento Administrativo

Serviços	R\$ 7.476.397,79
Locação de Imóveis	R\$ 362.573,50
Assistência Médica	R\$ 2.487.454,30
Vale refeição	R\$ 5.226.554,74
Outros	R\$ 2.049.512,96
<b>Total</b>	<b>R\$ 17.602.493,29</b>

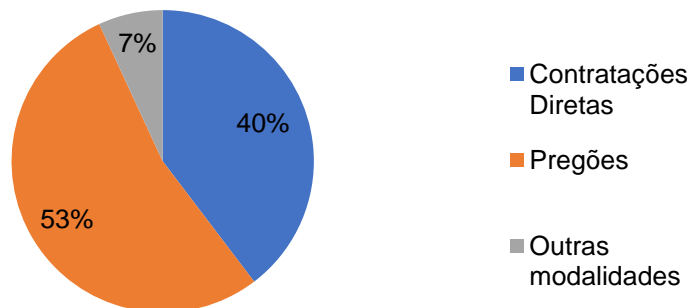
## Gestão de Licitação e Contratos

### Serviços contratados para o funcionamento administrativo



### Contratações diretas

Processos de contratação em 2018: 58

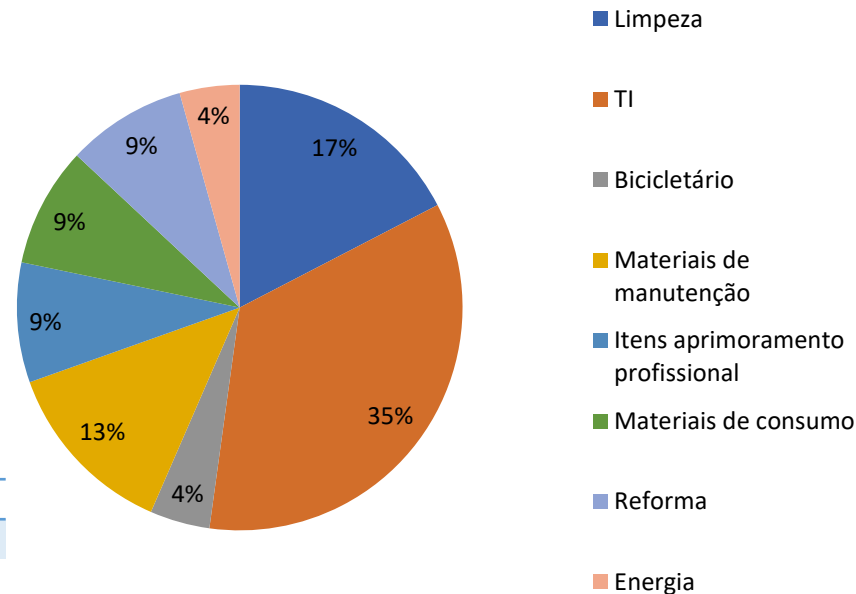


<b>Contratações Diretas</b>	<b>23</b>
<b>Pregões</b>	<b>31</b>
<b>Outras modalidades</b>	<b>4</b>

### Tipos de Serviços

Tipos de Serviços	Valor em R\$
<b>Serviços Bancários</b>	2.284
Correspondência e cobrança	1.422
Limpeza	1.150
Manutenção Predial	998
Vigilância	965
Locação de Veículos	657
<b>Total</b>	<b>7.476</b>

### Tipos das Contratações Diretas





## Gestão de Licitação e Contratos

---

### Contratações mais relevantes

As contratações mais relevantes do Coren-SP referem-se ao funcionamento administrativo e fortalecimento institucional.

- Funcionamento Administrativo: destacam-se os serviços bancários para emissão de boletos de anuidades/dívidas/taxas aos profissionais; bem como os serviços de correspondências, limpeza, manutenção predial e segurança patrimonial.
- Fortalecimento Institucional: destacam-se os serviços de publicidade e propaganda.

### Principais desafios

Talvez o maior desafio da gestão de licitações e contratos está relacionado à necessidade de modernização da Lei de licitação com o objetivo de beneficiar a Administração Pública, possibilitando assim a estruturação de um instrumento de compra que seja ágil, seguro, econômico e que proporcione ao Conselho a escolha da melhor proposta e fornecedor.

Outras questões importantes estão relacionadas à necessidade de:

- Manutenção da atualização técnica dos profissionais da área;
- Adaptação às legislações vigentes;
- Adequação aos “modelos” de editais de licitação e termos de referência sugeridos pela Advocacia Geral da União – AGU;
- Estabelecimento de um planejamento geral de contratações objetivando a distribuição das contratações ao longo do exercício de forma mais linear possível;
- Simplificação do fluxo de compras e contratações da instituição.

## Gestão Patrimonial e Infraestrutura

---

### Conformidade legal

Nossas diretrizes no tratamento da Gestão Patrimonial estão alinhadas com os termos do artigo 37 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/1964, Lei nº 8.429/1992, Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar 101/2000, Decreto Lei 200/1967, Decreto nº 9.679/2019, Decreto nº 9.373/2018, Portaria nº 448/2002 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Instrução Normativa nº 205/1988 da Secretaria de Administração Pública – SEDAP, Resolução nº 592/2018 do Cofen, e demais instrumentos legais que regem o tema na Administração Pública.

### Desfazimento de ativos

Em 2018 não foi realizado desfazimento de ativos.

### Locações de imóveis e equipamentos

Desde a gestão 2012, definimos como modelo de expansão de unidades de atendimento, o uso da locação de salas em condomínios comerciais, objetivando a economicidade, principalmente por prescindir dos contratos de vigilância e segurança patrimonial, que são muito onerosos.

Além do edifício Sede, e do Coren Educação, na mesma cidade, possuímos mais 17 pontos de atendimento distribuídos pelo estado, e utiliza imóveis locados para abrigar 05 dessas unidades, sendo 03 Subseções na Grande São Paulo: Santo André, Osasco e Guarulhos, e 02 NAPes - Núcleos de Atendimento ao Profissional: Santo Amaro e Registro (os NAPes não desenvolvem atividades fiscalizatórias).

## Gestão Patrimonial e Infraestrutura

### Locações de imóveis e equipamentos

Imóveis Locados	Valores despendidos em 2018 (aluguel + condomínio)
Subseção Guarulhos	98.400,00
Subseção Osasco	120.000,00
Subseção Santo André	103.216,80
NAPE Registro	18.000,00
NAPE Santo Amaro	75.742,88
Subseção Botucatu - até 05/2018	9.500,54
<b>TOTAL =</b>	<b>424.860,22</b>

Locação de Equipamentos	Valores despendidos em 2018
Gerador de Energia	43.867,38
Monitoramento por Câmeras (CFTV)	151.398,00
Frota de veículos terceirizada	717.240,00
Outsourcing de impressão – a partir de 09/2018	42.164,51
<b>TOTAL =</b>	<b>912.505,38</b>

### Mudanças e Desmobilizações

No exercício foi promovida a mudança da Subseção Botucatu para a nova sede, inaugurada em 18/05/2018, passando a ocupar um imóvel próprio, com 233,30 m<sup>2</sup> de área construída.

Não houve nenhuma desmobilização no ano de 2018.

### Principais desafios

A partir de 2019 passaremos a adotar como estratégia de expansão, a abertura de Núcleos de Atendimento ao Profissional dentro da estrutura das unidades do Poupa Tempo <https://www.poupatempo.sp.gov.br/>, que possui ampla rede de atendimento, com 72 unidades distribuídas pelo estado.

Como ação permanente, a autarquia trabalha para promover economicidade, incentivando a redução de consumo e a geração de resíduos, por meio do uso racional dos materiais, do uso da tecnologia para desburocratização das rotinas de trabalho e do reaproveitamento de itens em condições de uso.

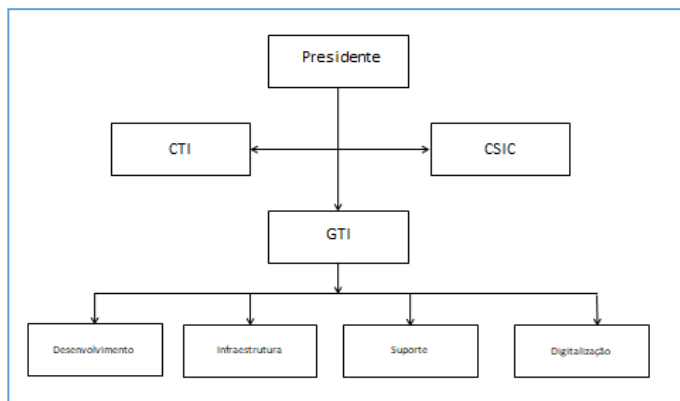
## Gestão da Tecnologia de Informação

### Conformidade legal da gestão de TI

A conformidade legal da gestão de tecnologia da Informação- TI é balizada, principalmente pelos normativos internos instituídos e na aplicabilidade de regras estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR. Neste contexto, vem adotando os normativos, recomendações e boas práticas que, mesmo não sendo obrigatórios, permitem um aprimoramento na gestão de TI e, conseqüentemente, a obtenção de melhores resultados. Estes normativos específicos ajudam na escolha do posicionamento adequado da tecnologia de modo a garantir a economicidade no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

### Modelo de governança de TI

Nosso modelo de governança de TI tem como objetivos elaborar e aprovar políticas relativas à TI, estabelecer mecanismos para a comunicação e institucionalização. Todas as atividades são desenvolvidas e alinhadas ao planejamento estratégico, à estrutura hierárquica da Instituição e em conformidade com as normativas e diretrizes do Cofen.



## Gestão da Tecnologia de Informação

---

O Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) tem como objetivo proceder análise detida acerca das prioridades dos programas de investimentos em TI de forma integrada com as estratégias e as prioridades da organização, bem como de monitorar o estado atual dos projetos e resolver conflitos de recursos, apresentando as devidas proposições para apreciação e deliberação da Diretoria.

Compete ao CTI:

- Apresentar proposição do Plano Diretor de TI;
- Propor Plano de Investimentos para a área de TI;
- Propor definições de prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados a TI.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC), tem como responsabilidade assessorar a implementação das ações de segurança da informação e comunicações no âmbito deste órgão.

Compete ao CSIC:

- Assessorar na implementação das ações de segurança da informação e comunicações no Coren-SP;

- Constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação e comunicações;
- Propor normas e procedimentos relativos à segurança da informação e comunicações no âmbito do Conselho;
- Revisar e analisar periodicamente as diretrizes e normas estabelecidas nesta política objetivando a sua aderência e concordância aos objetivos institucionais do Conselho e as legislações vigentes.

## Gestão da Tecnologia de Informação

### Montante de recursos aplicados em TI

Montante de Recursos Aplicados em TI – 2017 (R\$)			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2017
Investimento	117.831,94	117.135,88	-
Custeio	2.931.960,13	2.908.961,35	64.112,84
<b>Total</b>	<b>3.049.792,07</b>	<b>3.026.097,23</b>	<b>64.112,84</b>

Montante de Recursos Aplicados em TI – 2018 (R\$)			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2018
Investimento	337.669,21	183.438,40	11.946,03
Custeio	4.007.149,59	3.097.066,90	27.823,63
<b>Total</b>	<b>4.344.818,80</b>	<b>3.280.505,30</b>	<b>39.769,66</b>

### Contratações mais relevantes de recursos de TI

As principais contratações na área de infraestrutura foram no campo de segurança da informação, conforme segue:

- **FIREWALL:** Equipamento para controle e segurança de rede. Esta contratação permite maior controle e segurança para operações realizadas dentro do Coren.
- **ANTIVIRUS:** Aquisição de licença de antivírus. Esta contratação previne a perda de dados por vírus e outros malefícios relacionados aos sistemas de informática. Esta contratação também afeta os trabalhos realizados internamente.

Além dos investimentos descritos acima, a TI implantou em regime de comodato para o fornecimento de todos os equipamentos, exceto o fornecimento de papel, o **OUTSOURCING** que é um serviço de reprografia com recurso follow-me print por meio de cartões e crachás funcionais.

## Gestão da Tecnologia de Informação

Principais iniciativas da TI	Principais Resultados
<ul style="list-style-type: none"><li>• Integração com os correios para geração automática de AR;</li><li>• Criação do servidor de relatórios e início da implementação do BI (Business Intelligence);</li><li>• Aquisição de equipamento de controle de tráfego de rede (UTM). Equipamento com as últimas tendências de proteção de rede e acesso de usuários internos e externos;</li><li>• Aquisição de novos sistemas de antivírus;</li><li>• Contratação do serviço de reprografia (<i>Outsourcing</i> de impressão) para a Sede do Coren-SP:<ul style="list-style-type: none"><li>- Implantação de novas funcionalidades;</li><li>- Implantação do gerenciamento e controle do serviço de impressão;</li><li>- Emissão de relatórios de Impressão.</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Agilidade no processo de correspondências com AR, devido à integração com o sistema dos Correios, não sendo mais necessária a aquisição manual de etiquetas;</li><li>• Padronização de relatórios operacionais pertinentes a diversas áreas, além de liberação de relatórios gerenciais (BI) para tomada de decisão;</li><li>• Melhora na segurança das operações realizadas pelos usuários por meio da rede de computadores do Coren-SP. O aumento da sofisticação das práticas de invasão de sites e infecção de recursos de informática exige que medidas de proteção se mantenham no mesmo nível de sofisticação. Os novos equipamentos adquiridos permitem isso por implementar os últimos recursos disponíveis em proteção de redes e dados;</li><li>• Atualização das licenças de uso de aplicativos antivírus, seguindo a mesma linha de melhoria na segurança da informação. Os aplicativos utilizados para este fim não incluíam todos os recursos necessários para a devida proteção.</li><li>• Melhora do serviço de impressão com implementação de novos recursos e funcionalidades.</li><li>• Melhora da segurança de impressão, com a liberação das impressões retidas por meio do crachá de identificação.</li><li>• Redução de gastos com manutenções e reparos de impressoras.</li><li>• Melhora do controle e gerenciamento do serviço de impressão por meio de gráficos analíticos.</li><li>• Emissão de relatórios gerenciais</li></ul>

## Gestão da Tecnologia de Informação

### Principais desafios

Executar com maior eficácia as tarefas ligadas ao planejamento, coordenação, comunicação e avaliação dos projetos

Integrar sistemas de terceiros

Melhorar o tempo de atendimento das demandas

Melhorar a capacitação técnica

Adquirir ferramentas para desenvolvimento

Atualizar equipamentos

Melhorar a manutenção dos equipamentos

Ampliar e melhorar a vazão do conteúdo passível de digitalização

Ampliar o quadro de colaboradores na área

### Principais ações futuras

Adequar-nos às diretrizes impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018).

Adquirir Switchs e sistema de armazenamento

Migrar os sistemas legados (relacionados aos profissionais e instituições) para o sistema único do Conselho, denominado SICSP 2.0, centralizando todo o processo de atendimento ao profissional e fiscalização das instituições em um único sistema integrado

Melhorar os sistemas de gestão administrativa do Conselho, utilizando BPM (Business Process Management), adotando as suas práticas para a implantação da gestão de processos, alinhado às expectativas e necessidades das áreas

Continuar a confecção das demais Normas específicas de Segurança da Informação, tais como Cópias de Segurança e PCN, Gestão de Risco, Resposta a Incidentes e Gestão de Vulnerabilidades, entre outras



## Sustentabilidade Ambiental

---

Entendemos que a questão da sustentabilidade deve ser considerada e praticada de forma direta e indireta na execução das ações e atividades inerentes ao Conselho.

Como dito anteriormente, obtivemos reflexos na sustentabilidade ambiental por meio da instituição da Comissão de Procedimentos de Análise Documental- CPAD, com objetivo de estabelecer critérios para guarda de documentos, uso racional da emissão de documentos em papel, digitalização e melhor otimização dos espaços dos arquivos.

Também foi implantado outsourcing de impressão na sede do Conselho, objetivando maior agilidade, menores gastos e uso racional de recursos naturais, especificamente o uso de papel.

### Principais desafios e ações futuras

Nosso principal desafio e pretensão futura será a mudança de cultura organizacional com vistas ao entendimento da realização de comportamentos coletivos e individuais com vistas à sustentabilidade. Para tanto, o estabelecimento de objetivos e metas organizacionais em nosso planejamento estratégico já encontra-se em andamento.

## **6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## Declaração do Contador

---



### Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

Nossas demonstrações contábeis foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) principalmente a NBC T SP 11.

Elas são referentes ao exercício 2018 e atenderam à Resolução Cofen nº. 340/2008, que estabelece normas e princípios de Administração Financeira e Contábil aplicáveis ao Sistema Cofen/Coren's.

As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais, a saber:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos;
- Balanço Orçamentário – evidencia a informação da receita prevista versus a arrecadada, e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – demonstra o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das receitas com as variações das despesas.

### Avanços

No exercício de 2018, ocorreram melhorias nos processos e mapeamento dos fluxos de trabalho, bem como a aplicação de mudanças de políticas contábeis objetivando atender as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme segue:

- Registro das Provisões para férias e 13º salário de empregados/funcionários;
- Registro das Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;

- 
- Registro das Provisões para contingências;
  - Reestimativa de perdas para devedores duvidosos referente a dívida ativa: em fase administrativa e executiva;
  - Segregação de curto e longo das provisões nas ações cíveis e trabalhistas.

### Ressalvas

A seguir destacamos algumas situações que carecem um melhor detalhamento de trabalho:

- Atualmente o sistema contábil (SISCONT) e o sistema que evidencia o saldo dos créditos inscritos no Contas a Receber e na Dívida Ativa (SICSP 2.0), não possuem uma integração sistêmica da compatibilização de seus saldos, fator que dificulta a evidenciação de forma tempestiva dos saldos dos estoques do Contas a Receber e da Dívida Ativa nas demonstrações contábeis;
- O sistema SICSP 2.0, não possui relatórios gerenciais que permitem demonstrar a situação dos créditos a receber do curto e longo prazo de forma tempestiva, para dívida ativa em fase administrativa e executiva.

### Declaração

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa regidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do COREN-SP, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

São Paulo, 30 de janeiro de 2019.



João Freitas de Oliveira

CRC nº 1SP 199.901

Coordenador da Contabilidade

# Demonstrativos Contábeis

## Demonstrações Contábeis

### Balanco Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8º edição).

ATIVO				PASSIVO			
	NE	2018	2017		NE	2018	2017
01- ATIVO CIRCULANTE	.	176.055.838,69	71.778.411,08	01- PASSIVO CIRCULANTE	.	12.805.811,02	16.029.376,78
02- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	01	54.043.399,62	35.861.114,29	02- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	10	1.210.544,99	1.129.072,14
03- CRÉDITOS A CURTO PRAZO	.	120.330.288,35	34.879.888,64	03- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	.		
04- CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DE CONTRIBUIÇÕES A RECEBER	.	81.842.859,65		04- FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	11	578.641,53	834.255,43
05- DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E DE CONTRIBUIÇÕES	02	49.520.157,93	44.694.243,71	05- OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	12	1.197.914,65	1.163.547,24
06- CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	.	399.374,90	309.900,33	06- OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	13		171.435,53
07- (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	03	11.432.104,13	10.124.255,40	07- PROVISÕES A CURTO PRAZO	14	8.374.443,67	11.306.121,40
08- DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	04	1.494.393,04	829.816,54	08- DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15	1.444.266,18	1.424.945,04
09- INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	.			09- PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	.	4.023.037,98	
10- ESTOQUES	05	181.934,00	207.591,61	10- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	.		
11- VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	.	5.823,68		11- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	.		
12- ATIVO NÃO-CIRCULANTE	.	85.552.330,69	90.355.527,40	12- FORNECEDORES A LONGO PRAZO	.		
13- ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	.	9.712.875,88	10.054.534,16	13- OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	.		
14- CRÉDITOS A LONGO PRAZO	.	9.712.875,88	10.054.534,16	14- OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	.		
15- Dívida Ativa Tributária	06	223.323.195,03	246.530.282,14	15- PROVISÕES A LONGO PRAZO	16	4.023.037,98	
16- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	07	80.000,00	80.000,00	16- DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	.		
17- ( - ) RECEITAS A CLASSIFICAR -DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	.	641.228,64		17- RESULTADO DIFERIDO	.		
18- (-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	.	213.049.090,51	236.555.747,98	18- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	.		
19- INVESTIMENTOS	.			19- Patrimônio Social e Capital Social	.		
20- IMOBILIZADO	08	75.310.453,06	79.631.441,79	20- Ajuste de avaliação Patrimonial	.		
21- BENS MÓVEIS	.	3.592.614,82	3.298.114,36	21- Demais Reservas	.		
22- BENS IMÓVEIS	.	86.658.735,74	86.369.608,91	22- Resultados Acumulados	17	244.779.320,38	146.104.561,70
23- (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	09	14.940.897,50	10.036.281,48	23- Total do Ativo	.	261.608.169,38	162.133.938,48
24- INTANGÍVEL	08	529.001,75	669.551,45				
25- SOFTWARES	.	985.874,72	985.874,72				
26- (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	.	456.872,97	316.323,27				
27- Total do Ativo	.	261.608.169,38	162.133.938,48				

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis/>

# Demonstrativos Contábeis

## Demonstrações das Variações Patrimoniais

**A** Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª edição).

O resultado patrimonial está demonstrado no quadro abaixo:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	NE	2018	2017
01- Contribuições	18	163.572.747,27	139.592.470,42
02- Exploração e venda de bens, serviços e direitos	19	20.619.724,46	18.081.323,23
03- Variações patrimoniais aumentativas financeiras	20	5.368.339,65	4.575.565,27
04- Transferências recebidas	.		
05- Valorização e ganhos com ativos	21	16.000,05	19.546,02
06- Outras variações patrimoniais aumentativas	22	251.543.189,63	426.303,91
07- TOTAL (VPA)	.	441.120.001,06	162.695.208,85

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	NE	2018	2017
01- Pessoal e encargos	23	69.323.765,51	59.309.498,42
02- Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	24	23.202.122,62	25.247.410,70
03- Variações patrimoniais diminutivas financeiras	25	3.654.187,49	169.339,16
04- Transferências concedidas	26	34.153.750,15	32.434.948,10
05- Desvalorização e perda de ativos	27	224.481.194,64	246.680.003,38
06- VPD Tributárias	28	15.456,59	14.039,99
07- Outras variações patrimoniais diminutivas	29	5.207.233,22	8.375.721,63
08- TOTAL (VPD)		360.037.710,22	372.230.961,38
01- RESULTADO PATRIMONIAL	30	81.082.290,84	-209.535.752,53

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabei>

# Demonstrativos Contábeis

## Balanço Orçamentário

A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (accountability) das entidades do setor público.

A Lei 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário<sup>5</sup> e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Desta forma, considerando que os entes públicos estão obrigados à publicação da lei orçamentária anual, por força de dispositivo constitucional e observada as disposições da Lei 4.320/1964, entende-se que o Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13 e, deve, tanto quanto possível, observar o disposto naquela norma.

Desta forma, este capítulo tem por objetivo dispor sobre a elaboração do Balanço Orçamentário, compatibilizando as disposições da NBC TSP 11, NBC TSP 13 e a legislação aplicável.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª edição).

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
01- RECEITA CORRENTE		140.223.557,50	140.223.557,50	140.146.514,42	-77.043,08
02- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		91.529.292,15	91.529.292,15	92.126.538,13	597.245,98
03- CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS		91.529.292,15	91.529.292,15	92.126.538,13	597.245,98
04- ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS		90.863.380,69	90.863.380,69	91.576.458,00	713.077,31
05- ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS		665.911,46	665.911,46	550.080,13	-115.831,33
06- RECEITAS PATRIMONIAIS		3.829.082,68	3.829.082,68	3.667.391,32	-161.691,36
07- RECEITAS IMOBILIÁRIAS		120.000,00	120.000,00		-120.000,00
08- RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		3.709.082,68	3.709.082,68	3.667.391,32	-41.691,36
09- RECEITAS DE SERVIÇOS		19.196.734,08	19.196.734,08	20.612.945,27	1.416.211,19
10- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		19.196.734,08	19.196.734,08	20.612.945,27	1.416.211,19
11- OUTRAS RECEITAS CORRENTES		25.668.448,59	25.668.448,59	23.739.639,70	-1.928.808,89
12- MULTAS E JUROS DE MORA		9.683.013,98	9.683.013,98	9.901.569,98	218.556,00
13- MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES		5.476.166,14	5.476.166,14	5.253.884,89	-222.281,25
14- MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES		4.112.778,25	4.112.778,25	4.638.361,32	525.583,07
15- MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		94.069,59	94.069,59	9.323,77	-84.745,82
16- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				1.597,01	1.597,01
17- RESTITUIÇÕES				1.597,01	1.597,01
18- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		15.901.502,56	15.901.502,56	13.544.712,02	-2.356.790,54
19- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		15.901.502,56	15.901.502,56	13.544.712,02	-2.356.790,54
20- RECEITAS DIVERSAS		83.932,05	83.932,05	291.760,69	207.828,64
21- OUTRAS RECEITAS		83.932,05	83.932,05	291.760,69	207.828,64
22- RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
23- SUB-TOTAL DAS RECEITAS		140.223.557,50	140.223.557,50	140.146.514,42	-77.043,08
24- DÉFICIT					
25- TOTAL		140.223.557,50	140.223.557,50	140.146.514,42	-77.043,08

## Demonstrativos Contábeis

▲	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
01-	CRÉDITO DISPONÍVEL		140.223.557,50	140.223.557,50	122.468.430,14	119.653.892,68	117.911.914,01	17.755.127,36
02-	CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES		132.015.888,42	135.508.819,22	121.743.775,30	119.086.798,65	117.344.819,98	13.765.043,92
03-	VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL		67.191.169,52	69.775.137,42	66.195.046,88	65.705.693,55	64.495.238,56	3.580.090,54
04-	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS		67.191.169,52	69.775.137,42	66.195.046,88	65.705.693,55	64.495.238,56	3.580.090,54
05-	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		169.011,57	169.011,57	154.299,74	154.299,74	151.561,98	14.711,83
06-	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		45.513.290,92	45.062.564,78	43.969.137,98	43.969.137,98	43.969.137,98	1.093.426,80
07-	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		14.381.358,93	14.358.732,48	13.743.453,40	13.743.453,40	12.535.736,17	615.279,08
08-	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		6.637.792,42	6.660.418,87	6.120.870,02	5.631.516,69	5.631.516,69	539.548,85
09-	SENTENÇAS JUDICIAIS		489.715,68	2.833.683,58	1.516.569,59	1.516.569,59	1.516.569,59	1.317.113,99
10-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			690.726,14	690.716,15	690.716,15	690.716,15	9,99
11-	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		64.824.718,90	65.733.681,80	55.548.728,42	53.381.105,10	52.849.581,42	10.184.953,38
12-	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS		33.965.497,11	34.965.497,11	34.153.750,15	34.153.750,15	33.932.401,81	811.746,96
13-	CONTRIBUIÇÕES		33.965.497,11	34.965.497,11	34.153.750,15	34.153.750,15	33.932.401,81	811.746,96
14-	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS		30.859.221,79	30.768.184,69	21.394.978,27	19.227.354,95	18.917.179,61	9.373.206,42
15-	DIÁRIAS		241.282,00	556.282,00	391.665,00	391.665,00	391.665,00	164.617,00
16-	MATERIAL DE CONSUMO		1.716.808,77	1.727.886,42	890.196,49	796.365,89	791.352,29	837.689,93
17-	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		15.000,00	15.000,00	14.710,80	14.710,80	14.710,80	289,20
18-	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		338.856,37	338.856,37	155.508,62	138.351,18	129.282,12	183.347,75
19-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		210.960,00	560.427,68	460.084,37	460.084,37	444.035,94	100.343,31
20-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		24.977.078,82	24.231.364,97	16.764.597,95	14.707.968,67	14.427.942,42	7.466.767,02
21-	DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO		182.800,00	194.800,00	42.031,77	42.031,77	42.031,77	152.768,23
22-	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		25.695,87	53.046,39	42.280,42	42.280,42	42.262,42	10.765,97
23-	SENTENÇAS JUDICIAIS		16.000,00	174.962,90	24.116,08	24.116,08	24.116,08	150.846,82
24-	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		157.537,34	170.105,34	37.761,90	37.761,90	37.761,90	132.343,44
25-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.977.202,62	2.745.452,62	2.572.024,87	2.572.018,87	2.572.018,87	173.427,75
26-	CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL		6.850.984,15	4.714.738,28	724.654,84	567.094,03	567.094,03	3.990.083,44
27-	INVESTIMENTOS		6.850.984,15	4.714.738,28	724.654,84	567.094,03	567.094,03	3.990.083,44
28-	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS		6.850.984,15	4.714.738,28	724.654,84	567.094,03	567.094,03	3.990.083,44
29-	OBRAS E INSTALAÇÕES		1.711.741,54	1.481.741,54	338.767,63	338.767,63	338.767,63	1.142.973,91
30-	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.139.242,61	3.232.996,74	385.887,21	228.326,40	228.326,40	2.847.109,53
31-	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		1.356.684,93					
32-	SUB-TOTAL DAS DESPESAS		140.223.557,50	140.223.557,50	122.468.430,14	119.653.892,68	117.911.914,01	17.755.127,36
33-	SUPERÁVIT				17.678.084,28			-17.678.084,28
34-	TOTAL		140.223.557,50	140.223.557,50	140.146.514,42	119.653.892,68	117.911.914,01	77.043,08

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis/>

### Balanco Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;



## Demonstrativos Contábeis

c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e

d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8º edição).

▲	INGRESSOS	NE	2018	2017
01-	Receita Orçamentária		140.146.514,42	133.363.326,90
02-	RECEITA REALIZADA		140.146.514,42	133.363.326,90
03-	RECEITA CORRENTE		140.146.514,42	133.363.326,90
04-	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		92.126.538,13	88.116.875,90
05-	CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS		92.126.538,13	88.116.875,90
06-	ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS		91.576.458,00	87.466.373,95
07-	ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS		550.080,13	650.501,95
08-	RECEITAS PATRIMONIAIS		3.667.391,32	3.723.072,59
09-	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		3.667.391,32	3.723.072,59
10-	RECEITAS DE SERVIÇOS		20.612.945,27	18.081.323,23
11-	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		20.612.945,27	18.081.323,23
12-	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		23.739.639,70	23.442.055,18
13-	MULTAS E JUROS DE MORA		9.901.569,98	7.706.678,97
14-	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES		5.253.884,89	4.427.758,22
15-	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES		4.638.361,32	3.198.207,03
16-	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		9.323,77	80.713,72
17-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.597,01	2.351,67
18-	RESTITUIÇÕES		1.597,01	2.351,67
19-	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		13.544.712,02	15.413.921,35
20-	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		13.544.712,02	15.413.921,35
21-	RECEITAS DIVERSAS		291.760,69	319.103,19
22-	Receitas de Seguros		0,00	900,00
23-	OUTRAS RECEITAS		291.760,69	318.203,19
24-	Recebimentos Extraorçamentários		44.818.410,02	51.290.724,03
25-	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	31	2.814.537,46	2.533.396,20
26-	Inscrição de Restos a Pagar Processados	32	1.741.978,67	1.976.536,18
27-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		37.398,30	78.719,12
28-	Outros Recebimentos Extraorçamentários		40.224.495,59	46.702.072,53
29-	Saldo em espécie do Exercício Anterior	33	36.494.089,28	18.320.530,48
30-	Caixa e Equivalente de Caixa		35.861.114,29	17.375.475,73
31-	Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		632.974,99	945.054,75
32-	TOTAL DOS INGRESSOS		221.459.013,72	202.974.581,41

▲	DISPÊNDIOS	NE	2018	2017
01-	Despesa Orçamentária		122.468.430,14	116.545.878,42
02-	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		2.814.537,46	2.533.396,20
03-	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		1.741.978,67	1.976.536,18
04-	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO		117.911.914,01	112.035.946,04
05-	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES		117.344.819,98	111.818.179,44
06-	VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL		64.495.238,56	57.742.803,88
07-	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS		64.495.238,56	57.742.803,88
08-	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		151.561,98	6.325,11
09-	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		43.969.137,98	40.585.069,16
10-	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		12.535.736,17	11.278.809,58
11-	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		5.631.516,69	5.141.837,95
12-	SENTENÇAS JUDICIAIS		1.516.569,59	730.762,08
13-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		690.716,15	0,00
14-	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		52.849.581,42	54.075.375,56
15-	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS		33.932.401,81	32.263.512,57
16-	CONTRIBUIÇÕES		33.932.401,81	32.263.512,57
17-	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS		18.917.179,61	21.811.862,99
18-	DIÁRIAS		391.665,00	272.032,00
19-	MATERIAL DE CONSUMO		791.352,29	765.257,23
20-	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		14.710,80	6.241,00
21-	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		129.282,12	106.116,12
22-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		444.035,94	636.890,96
23-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		14.427.942,42	15.849.124,87
24-	DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO		42.031,77	23.810,75
25-	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		42.262,42	14.628,00
26-	SENTENÇAS JUDICIAIS		24.116,08	168.697,15
27-	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		37.761,90	158.956,26
28-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.572.018,87	3.810.108,65
29-	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL		567.094,03	217.766,60
30-	INVESTIMENTOS		567.094,03	217.766,60
31-	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS		567.094,03	217.766,60
32-	OBRAS E INSTALAÇÕES		338.767,63	0,00
33-	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		228.326,40	217.766,60
34-	Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
35-	Pagamentos Extraorçamentários		43.934.201,63	49.934.613,71
36-	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	34	2.006.289,91	1.655.610,86
37-	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	35	2.093.438,25	1.794.592,60
38-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.601.699,39	1.295.110,97
39-	Outros Pagamentos Extraorçamentários		38.232.774,08	45.189.299,28
40-	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	36	55.056.381,95	36.494.089,28
41-	Caixa e Equivalente de Caixa		54.043.399,62	35.861.114,29
42-	Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		1.012.982,33	632.974,99
43-	TOTAL DOS DISPÊNDIOS		221.459.013,72	202.974.581,41

### Demonstrações dos Fluxo de Caixa

**A** Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

#### Definições

**Caixa** compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

**Equivalentes de caixa** são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

**Fluxos de caixa** são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa.

**Atividades de financiamento** são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

**Atividades de investimento** são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

**Atividades operacionais** são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento. (**Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8º edição**).

## Demonstrativos Contábeis

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NE	2018	2017
01- INGRESSOS			
02- RECEITA CORRENTE		140.146.514,42	133.363.326,90
03- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		92.126.538,13	88.116.875,90
04- CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS		92.126.538,13	88.116.875,90
05- ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS		91.576.458,00	87.466.373,95
06- ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS		550.080,13	650.501,95
07- RECEITAS PATRIMONIAIS		3.667.391,32	3.723.072,59
08- RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		3.667.391,32	3.723.072,59
09- RECEITAS DE SERVIÇOS		20.612.945,27	18.081.323,23
10- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		20.612.945,27	18.081.323,23
11- OUTRAS RECEITAS CORRENTES		23.739.639,70	23.442.055,18
12- MULTAS E JUROS DE MORA		9.901.569,98	7.706.678,97
13- MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES		5.253.884,89	4.427.758,22
14- MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES		4.638.361,32	3.198.207,03
15- MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		9.323,77	80.713,72
16- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.597,01	2.351,67
17- RESTITUIÇÕES		1.597,01	2.351,67
18- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		13.544.712,02	15.413.921,35
19- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		13.544.712,02	15.413.921,35
20- RECEITAS DIVERSAS		291.760,69	319.103,19
21- Receitas de Seguros			900,00
22- OUTRAS RECEITAS		291.760,69	318.203,19
23- OUTROS INGRESSOS		40.915.379,67	47.140.479,15

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NE	2018	2017
24- DESEMBOLSOS			
25- CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES		117.344.819,98	111.818.179,44
26- VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL		64.495.238,56	57.742.803,88
27- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS		64.495.238,56	57.742.803,88
28- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		151.561,98	6.325,11
29- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		43.969.137,98	40.585.069,16
30- OBRIGAÇÕES PATRONAIS		12.535.736,17	11.278.809,58
31- OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		5.631.516,69	5.141.837,95
32- SENTENÇAS JUDICIAIS		1.516.569,59	730.762,08
33- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		690.716,15	
34- OUTRAS DESPESAS CORRENTES		52.849.581,42	54.075.375,56
35- TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS		33.932.401,81	32.263.512,57
36- CONTRIBUIÇÕES		33.932.401,81	32.263.512,57
37- OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS		18.917.179,61	21.811.862,99
38- DIÁRIAS		391.665,00	272.032,00
39- MATERIAL DE CONSUMO		791.352,29	765.257,23
40- MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		14.710,80	6.241,00
41- PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		129.282,12	106.116,12
42- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		444.035,94	636.890,96
43- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		14.427.942,42	15.849.124,87
44- DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO		42.031,77	23.810,75
45- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		42.262,42	14.628,00
46- SENTENÇAS JUDICIAIS		24.116,08	168.697,15
47- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		37.761,90	158.956,26
48- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.572.018,87	3.810.108,65
49- OUTROS DESEMBOLSOS		44.967.694,75	49.982.221,45
50- FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	37	18.749.379,36	18.703.405,16

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NE	2018	2017
51- INGRESSOS			
52- DESEMBOLSOS			
53- INVESTIMENTOS		567.094,03	217.766,60
54- INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS		567.094,03	217.766,60
55- OBRAS E INSTALAÇÕES		338.767,63	
56- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		228.326,40	217.766,60
57- FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	37	-567.094,03	-217.766,60
58- FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	37		
59- INGRESSOS			
60- DESEMBOLSOS			
61- FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
62- APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO			
63- GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		18.182.285,33	18.485.638,56
64- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		35.861.114,29	17.375.475,73
65- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		54.043.399,62	35.861.114,29

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis/>

## Contexto Operacional

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, localizado na Alameda Ribeirão Preto nº 82, bairro da Paulista, São Pulo/SP, vinculado ao Conselho Federal de Enfermagem, criado pela Lei nº 5.905 de 12 de Julho de 1973, é uma Autarquia Federal da Administração Pública Indireta dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, que tem como finalidade a normatividade, disciplina e fiscalização do exercício da Enfermagem, e da observância de seus princípios éticos profissionais.

A estrutura, organização e funcionamento foram estabelecidos pela Resolução Cofen nº. 421 de 15 de Fevereiro de 2012. A constituição, sede e foro do Coren-SP estão regulamentados em seu Regimento Interno aprovado pela Decisão Coren-SP nº 03/2013.

A principal fonte de recursos do Conselho é composta pela arrecadação de anuidades e taxas de serviços administrativos.

## Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição da Secretaria do Tesouro Nacional.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I) Balanço Patrimonial (BP);
- II) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III) Balanço Orçamentário (BO);
- IV) Balanço Financeiro (BF);
- V) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

## Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, visando atender às premissas do modelo da contabilidade aplicadas ao setor público.

## Caixa e equivalentes de caixa:

As contas deste grupo estão demonstradas pelo critério de grau de liquidez de realização. Saldos esses em conta movimento e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Seus valores são registrados pelos valores de custos estão disponibilizados e acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa do COREN-SP são mantidos com a finalidade de atendimento a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

## Créditos à curto prazo:

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Estão representados pelo saldo a receber dos valores de anuidades, multas de infrações e eleições, acrescidos de atualização monetária, multa e juros, em cobrança Administrativa.

## Ajustes para perdas de devedores duvidosos:

A estimativa da perda com créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos de curto prazo é calculada considerando-se o histórico de recebimento dos créditos apenas do exercício anterior. O percentual apurado é aplicado sobre o total dos créditos a receber do exercício atual, resultando assim na previsão do que não será recebido;

As atualizações dos créditos e os ajustes nas contas de provisões são contabilizados em contra partida às contas de Variações para posterior apuração do resultado do exercício.

a) Implantação de política contábil – Nós procedemos o registro contábil de ajuste para perdas de devedores duvidosos no encerramento do exercício de 2018 em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual (Mensuração de Ativos e Passivos, Receitas e Despesas).

b) Base de mensuração – Utilizamos média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios anteriores;

c) Julgamento pela aplicação - Na preparação das nossas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, porém, utilizamos o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que utilizamos o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

## Notas Explicativas

### Demais Créditos e Valores a Curto Prazos:

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, com vencimento no curto prazo.

### Estoques:

Compreende o somatório dos itens adquiridos pelo COREN-SP, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto principalmente de materiais de expediente, materiais para manutenção de bens móveis e imóveis, materiais de higiene, limpeza e conservação, e outros. Os materiais em almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado.

### Imobilizado:

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

### Intangível:

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

### Depreciação, exaustão e amortização acumulada:

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do COREN-SP são apuradas pelo Sistema Patrimonial (SISPAT), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros: Método linear das cotas constantes ; As alíquotas de depreciação, vida útil e saldo residual guardam conformidade com a legislação do Imposto de Renda.

### Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

### Provisões

As provisões do COREN-SP estão segregadas do em três categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

### Ativos e Passivos Contingentes:

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

### Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreende as obrigações referentes a Salários e Remunerações, bem como encargos sociais como INSS, FGTS e PIS, com vencimento até o término do exercício seguinte, apropriados de acordo com a legislação vigente.

### Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo

Representado por valores a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, decorrentes dos empenhos liquidados e não pagos até o encerramento do exercício. As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### Apuração do Resultado:

Em atendimento ao MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público – 8ª edição) o COREN-SP apura os seguintes resultados:

### Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a COREN-SP, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

### Resultado orçamentário

O regime orçamentário tem previsão no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Também é possível verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## Notas Explicativas

### Nota 01: Caixa e Equivalentes de Caixa:

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo COREN-SP, em consonância ao que dispõe o § 3º do Art.º 164 da Constituição Federal. Tais recursos são compreendidos pelos depósitos bancários, aplicações em Poupança e CDB-Certificados de Depósitos Bancários.

As contas deste subgrupo estão demonstradas em ordem decrescente do grau de liquidez, avaliadas pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço. Os caixas e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

CONTA	2018	2017	AH%
01- Bancos Conta Movimento	2.867.605,40	958.860,33	199,00%
02- Rede Bancária Arrecadação Banco Do Brasil	392.363,17	500.504,84	27,56%
03- Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	50.783.431,05	34.401.749,12	47,61%
04- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	54.043.399,62	35.861.114,29	51,00%

### Nota 02: Dívida Ativa Tributária e de Contribuições:

A Dívida Ativa é oriunda dos valores das Contribuições de exercícios anteriores, bem como de Contribuições não realizadas no ano em curso. Considera-se Dívida Ativa de Curto Prazo os valores previstos para recebimento até o término do exercício subsequente. A Dívida de Curto Prazo registrada em 31/12/2018 contempla o valor principal acrescido de juros e multa de mora.

Para constituição da estimativa de perda com créditos da Dívida Ativa foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos dos exercícios de 2016 a 2018, nos termos do Processo Administrativo nº 2715/2017.

Nesta metodologia, calcula-se o quociente de recebimento e a perda estimada por exercício, com base no total de recebimento e no total dos saldos de créditos tributários a receber no início de cada exercício.

### Nota 03: Ajuste de Perdas de Créditos à Curto Prazo:

Após a apuração dos quocientes acima citados, calculou-se a perda média estimada dos exercícios de 2016 a 2018, aplicando-se o percentual encontrado sobre o saldo do crédito tributário a receber em 31/12/2018, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Base de Cálculo	Dívida Ativa Curto Prazo-PF
01- EXERCÍCIO 2016	
02- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	20.490.132,35
03- Total de Recebimentos Anuais	20.046.704,25
04- QM = Quociente de Recebimentos	97,84%
05- PE = Perda Estimada	2,16%
06- EXERCÍCIO 2017	
07- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	32.228.923,84
08- Total de Recebimentos Anuais	26.068.946,12
09- QM = Quociente de Recebimentos	80,89%
10- PE = Perda Estimada	19,11%
11- EXERCÍCIO 2018	
12- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	44.682.194,49
13- Total de Recebimentos Anuais	23.236.776,98
14- QM = Quociente de Recebimentos	52,00%
15- PE = Perda Estimada	48,00%
16- CÁLCULO DE ESTIMATIVA DE PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	
17- ( a ) Créditos Tributários a Receber em 31/12/2018	49.509.098,73
18- ( b ) PEM - Perda Estimada Média - 3 exercícios	23,09%
19- ESTIMATIVA DE PERDA ( a ) x ( b )	11.432.104,13

## Notas Explicativas

### LEGENDA

01- QR = (Total de recebimentos anuais)/(SalDOS de créditos tributários a receber)

02- PE = 100% - QR

03- PEM = (PE2016 + PE2017 + PE2018)/3

Destacamos que o Balanço Patrimonial do exercício se encontra evidenciada, de forma analítica no exercício corrente, o valor bruto da Dívida Ativa e o valor da conta redutora Ajuste de Perdas de Créditos.

Conforme subgrupo Créditos à Curto Prazo abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2017
01- Dívida Ativa – Anuidades Pessoa Física – Curto Prazo	49.509.098,73	44.682.194,49
02- Dívida Ativa – Anuidades Pessoa Jurídica – Curto Prazo	11.059,20	12.049,22
03- COFEN – ¼ - Restituição de Profissionais	365.104,49	275.629,92
04- Cota Cofen Repassada a Maior	34.270,41	34.270,41
05- (-) Ajuste de Perdas de Créditos – Pessoa Física	-11.432.104,13	-10.124.255,40
<b>06- TOTAL SUBGRUPO CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	<b>38.487.428,70</b>	<b>34.879.888,64</b>

### Nota 04: Demais Créditos e Valores à Curto Prazo:

Compreende os créditos valores não enquadráveis nos demais subgrupos, com previsão de realização até o término do exercício social subsequente.

Os montantes são registrados neste subgrupo pelo valor original, conforme detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2017
01- Adiantamentos Concedidos a Pessoal	429.686,56	145.981,37
02- Adiantamento/Depósitos de Suprimento de Fundos	688,65	2.622,27
03- Depósitos Suprimento de Fundos-Prestação de Contas	258,49	
04- Tributos a Recuperar	39.471,01	41.930,97
05- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.012.982,33	632.974,99
06- Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	11.306,00	6.306,94
<b>Total</b>	<b>1.494.393,04</b>	<b>829.816,54</b>

Os Adiantamentos Concedidos a Pessoal correspondem aos valores de férias e salários, a serem descontados em Folha de Pagamento.

Os Adiantamentos e Depósitos de Suprimento de Fundos correspondem aos valores adiantados aos detentores de suprimentos, a critério e sob a responsabilidade do Ordenador de Despesas, pendentes de prestação de contas.

Os Tributos a Recuperar correspondem a valores passíveis de restituição ao COREN-SP.

Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados correspondem aos depósitos recursais efetuados em virtude de processos cíveis e trabalhistas, nos quais o Conselho é parte envolvida. A análise periódica destes valores é efetuada pela GJUR-Gerência Jurídica.

Os demais créditos a receber correspondem ao repasse de cota parte efetuado no exercício de 2016 bem como multa por inexecução contratual do fornecedor, receita não passível de repasse da cota parte e outros créditos com terceiros, de natureza temporária, a serem restituídos ao Conselho.

### Nota 05: Estoques:

Compreende o valor dos bens adquiridos pelo COREN-SP, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades administrativas e operacionais, adquiridos através de processo licitatório, mensurados pelo custo médio de aquisição.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Material de Consumo	181.934,00	207.591,61
<b>Total</b>	<b>181.934,00</b>	<b>207.591,61</b>

DESCRIÇÃO	DEMONSTRATIVO	VALOR
01 - (+) Saldo Inicial em Estoque	Balanço Patrimonial Comparado	207.591,61
02- (+) Liquidações do Exercício	Comparativo da Despesa Liquidada	796.365,89
03- (+) Liquidações de Restos a Pagar	Quadro 14	46.724,27
04- (+) Ganhos com Incorporação de Ativos	Variações Patrimoniais	15.211,05
05- (-) Material de Consumo	Variações Patrimoniais	883.958,82
<b>06- (=) SALDO FINAL EM ESTOQUE</b>	<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>181.934,00</b>

### Nota 06 - Dívida Ativa Tributária:

A Dívida Ativa de Longo Prazo é oriunda dos valores das Contribuições de exercícios anteriores que foram inscritos como Dívida Ativa com previsão de recebimento após o término do exercício subsequente. A Dívida de Longo Prazo registrada em 31/12/2018 contempla o valor principal acrescido de juros e multa de mora, conforme quadros abaixo:



## Notas Explicativas

▲	DÍVIDA ATIVA – LONGO PRAZO	2018	2017
	01- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Administrativa PF	146.792.319,79	178.556.928,26
	02- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Executiva PF	75.615.601,66	67.544.529,50
	03- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Executiva PF		1.070.053,02
	04- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Executiva PJ	915.273,58	
	05- Receita a Classificar – 3032-5 BB		-641.228,64
	<b>Total</b>	<b>223.323.195,03</b>	<b>246.530.282,14</b>

▲	DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO	31/12/2017	RECLASSIFICADO	RECEBIMENTO	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31/12/2018
	01- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Administrativa PF	178.556.928,26		7.569.635,51	-24.194.972,96	146.792.319,79
	02- Dívida Ativa Pessoa Física – ADM	178.556.928,26		7.569.635,51	-24.194.972,96	146.792.319,79
	03- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Executiva PF	67.544.529,50		5.700.352,72	13.771.424,88	75.615.601,66
	04- Dívida Ativa Pessoa Física – EF	67.544.529,50		5.700.352,72	13.771.424,88	75.615.601,66
	05- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Administrativa PJ	1.070.053,02	-109.518,70	12.799,68	-947.734,64	0,00
	06- Dívida Ativa Pessoa Jurídica – ADM	1.070.053,02	-109.518,70	12.799,68	-947.734,64	0,00
	07- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Executiva PJ				915.273,58	915.273,58
	08- Dívida Ativa Pessoa Jurídica - Executiva PJ				915.273,58	915.273,58
	09- Receita a Classificar - 3032-5 BB - Conta Redutora da Dívida Ativa	-641.228,64	641.228,64			0,00
	<b>10- TOTAL</b>	<b>246.530.282,14</b>	<b>531.709,94</b>	<b>13.282.787,91</b>	<b>10.456.009,14</b>	<b>223.323.195,03</b>

▲	AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2018	2017
	01- ( - ) Ajuste de Perdas de Créditos – Pessoa Física	-212.236.077,03	-235.557.580,22
	02- ( - ) Ajuste de Perdas de Créditos – Pessoa Jurídica	-813.013,48	-998.167,76
	<b>Total</b>	<b>-213.049.090,51</b>	<b>-236.555.747,98</b>

Na conta redutora de Receita a Classificar são registrados os recebimentos de Dívida Ativa realizada por meios judiciais nos quais existiu depósito em juízo e posterior transferência dos valores à conta do Coren-SP. Em muitos casos não é possível realizar a baixa da Dívida Ativa por falta de informação do processo e do inscrito responsável pelo pagamento.

A identificação dos créditos, por muitas vezes, ocorre de forma extemporânea, conforme justificativas apresentadas pela Gerência Jurídica quando da realização de auditoria interna sobre honorários advocatícios, em virtude dos motivos expostos a seguir:

- Demora na realização, pelo juízo, da intimação judicial acerca das transferências de valores, o que dificulta a vinculação dos valores aos processos e a confirmação dos pagamentos em sistema.

- A confirmação do pagamento judicial é realizada pela Gerência Jurídica- Dívida Ativa após a remessa da intimação judicial, na qual consta o comprovante de transferência de valores para a conta corrente do Coren/SP. Somente nesta oportunidade a Gerência Jurídica- Dívida Ativa efetua a identificação do pagamento, vinculação ao processo e baixa em sistema;

Considerando as dificuldades acima relatadas constata-se que, em muitos casos, não é possível efetuar a baixa do montante arrecadado da Dívida Ativa.

Durante o exercício de 2016, motivados a solucionar tal problema, foram estabelecidos fluxos internos para identificação dos créditos. Concomitantemente, o Conselho está buscando celebrar convênios com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para disponibilização das informações acerca dos depósitos judiciais e transferências realizadas, a fim de sanear a questão e dar maior celeridade na identificação e confirmação dos pagamentos judiciais.

No tocante ao ajuste de perdas de créditos da Dívida Ativa à Longo Prazo informamos que foi utilizada a mesma metodologia de cálculo mencionada no curto prazo.

## Notas Explicativas

Base de Cálculo	Dívida Ativa Longo Prazo-ADM-PF	Dívida Ativa Longo Prazo-EF-PF	Dívida Ativa Longo Prazo-ADM-PJ
01- EXERCÍCIO 2016			
02- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	142.510.899,74	55.262.453,56	782.786,53
03- Total de Recebimentos Anuais	3.188.223,28	3.594.249,23	62.676,80
04- QM = Quociente de Recebimentos	2,24%	6,50%	8,01%
05- PE = Perda Estimada	97,76%	93,50%	91,99%
06- EXERCÍCIO 2017			
07- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	167.730.060,91	61.135.195,27	921.035,60
08- Total de Recebimentos Anuais	4.136.993,48	3.413.998,74	105.664,93
09- QM = Quociente de Recebimentos	2,47%	5,58%	11,47%
10- PE = Perda Estimada	97,53%	94,42%	88,53%
11- EXERCÍCIO 2018			
12- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	178.556.928,26	67.544.529,50	915.273,58
13- Total de Recebimentos Anuais	7.569.526,66	5.700.352,72	12.799,68
14- QM = Quociente de Recebimentos	4,24%	8,44%	1,40%
15- PE = Perda Estimada	95,76%	91,56%	98,60%
16- CÁLCULO DE ESTIMATIVA DE PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER			
17- ( a ) Créditos Tributários a Receber em 31/12/2018	146.792.319,79	75.615.601,66	915.273,58
18- ( b ) PEM - Perda Estimada Média - 3 exercícios	97,02%	93,16%	93,04%
19- ESTIMATIVA DE PERDA ( a ) x ( b )	142.416.481,40	70.441.552,55	851.577,43

### Nota 07 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

Corresponde a valor a ser recebido do Coren-Sergipe, em virtude de empréstimo concedido aquele regional, registrado pelo valor original.

De acordo com as tratativas processuais, o empréstimo de R\$ 80.000,00 atendeu ao Coren-Sergipe para despesas com a contratação de serviços de projetos arquitetônicos e complementares para a sua nova sede, sem encargos.

### Nota 08 Imobilizado e Intangível:

Compreende os bens corpóreos e incorpóreos destinados a manutenção das atividades do COREN-SP.

Definição:

Ativo Imobilizado: É o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfirm para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício).

Bens Móveis (B.M.): Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. São exemplos de bens móveis as máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas, bens de informática (equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação), móveis e utensílios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, veículos, bens móveis em andamento, dentre outros.

## Notas Explicativas

**Bens Imóveis (B.I.):** Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. São exemplos deste tipo de bem os imóveis residenciais, comerciais, edifícios, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais, dentre outros.

Os Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis foram reavaliados no exercício de 2015, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especificamente à NBC T 16.10.

As depreciações foram geradas mensalmente através do Sistema de Patrimônio e os lançamentos foram refletidos no Sistema Contábil, conforme quadro abaixo:

Ativo Intangível (I.): É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

CONTA	SALDO EM 31/12/2017	AQUISIÇÕES	BAIXAS	SALDO 31/12/2018	DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO CONTÁBIL 31/12/2018
01- Biblioteca – (B.M.)	44.455,79			44.455,79		44.455,79
02- Utensílios de Copa e Cozinha– (B.M.)	107.043,90			107.043,90	52.407,79	54.636,11
03- Equipamentos De Informática– (B.M.)	1.249.102,11	182.088,60		1.431.190,71	529.770,94	901.419,77
04- Máquinas e Equipamentos– (B.M.)	407.193,95	7.434,86		414.628,81	170.906,99	243.721,82
05- Móveis e Utensílios– (B.M.)	1.027.242,52	41.188,00		1.068.430,52	417.889,00	650.541,52
06- Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto– (B.M.)	222.423,14	63.789,00		286.212,14	119.204,94	167.007,20
07- Equipamentos de Telefonia e Comunicação – (B.M.)	36.583,05			36.583,05	858,24	35.724,81
08- Equipamentos Médicos Hospitalares – (B.M.)	204.069,90			204.069,90	133.607,15	70.462,75
09- Obras em Andamento - (B.I.)	52.863,43					
10- Edifícios - (B.I.)	86.316.745,48	414.112,08	-72.121,82	86.658.735,74	13.516.252,45	73.142.483,29
11- Softwares E Aquisições De Licenças – (I.)	985.874,72			985.874,72	456.872,97	529.001,75
<b>Total</b>	<b>90.653.597,99</b>	<b>708.612,54</b>	<b>-72.121,82</b>	<b>91.237.225,28</b>	<b>15.397.770,47</b>	<b>75.839.454,81</b>

### Nota 09: Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas:

A depreciação e a Amortização do ativo é calculada pelo método linear com as alíquotas em conformidade com a legislação do Imposto de Renda conforme quadro abaixo demonstrado e as variações dos anos 2017 e 2018.

Contas	2018	2017
01- Utensílios de Copa e Cozinha	17.059,75	17.595,48
02- Equipamentos de Informática	178.254,69	190.226,72
03- Máquinas e Equipamentos	57.829,89	56.303,06
04- Móveis e Utensílios	101.969,76	131.352,21
05- Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	43.416,18	37.940,29
06- Equipamentos de Telefonia e Comunicação	286,08	286,08
07- Equipamentos Médicos Hospitalares	44.428,77	44.988,70
08- Softwares E Licenças	140.549,70	143.951,24
09- Edifícios	4.461.370,90	4.529.472,48
<b>Total</b>	<b>5.045.165,72</b>	<b>5.152.116,26</b>

### Nota 10: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:

Compreende as obrigações referentes a Salários e Remunerações, bem como encargos sociais como INSS, FGTS e PIS, com vencimento até o término do exercício seguinte, apropriados de acordo com a legislação vigente, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2017
01- Salários e Remunerações a pagar	72,00	768,00
02- Encargos Sociais a pagar	1.210.472,99	1.128.304,14
<b>Total</b>	<b>1.210.544,99</b>	<b>1.129.072,14</b>

## Notas Explicativas

### Nota 11: Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo:

Representado por valores a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, decorrentes dos empenhos liquidados e não pagos até o encerramento do exercício, isto é, compreende os Restos a Pagar Processados inscritos no exercício e os Restos a Pagar Prorrogados.

São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). A continuidade dos estágios de execução dessas despesas ocorrerá no próximo exercício, devendo ser controlados em contas de natureza de informação orçamentária específicas. Nessas contas constarão as informações de inscrição, execução (liquidação e pagamento) e cancelamento. Também, haverá tratamento específico para o encerramento, transferência e abertura de saldos entre o exercício financeiro que se encerra e o que inicia. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8º edição)

DESCRIÇÃO	2018	2017
01- Restos a Pagar Processados	572.077,39	834.255,43
02- Restos a Pagar não Processados	6.564,14	
<b>Total</b>	<b>578.641,53</b>	<b>834.255,43</b>

### Nota 12: Obrigações Fiscais a Curto Prazo:

Compreende os impostos retidos de terceiros e funcionários com vencimento até o término do exercício seguinte, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2017
01- INSS – Contribuição dos Segurados	204.642,83	190.081,61
02- IRRF sobre Salários	969.185,05	898.057,92
03- IRRF sobre alugueis	1.860,61	1.860,61
04- ISS a Recolher	9.897,74	9.957,56
05- Tributos Federais – IN RFB nº 1.234/2012	14,59	45.668,66
06- INSS – Serviços de Terceiros	12.313,83	18.320,88
07- TOTAL	1.197.914,65	1.163.947,24

### Nota 13 Obrigações de Repartição a Outros Entes:

Compreende o valor a pagar da cota parte apurada sobre as receitas recebidas pelo Conselho, nos termos do Artigo nº 10 da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, conforme quadro abaixo:

Cota Parte	2018	2017
01- Cota Parte Cofen		171.435,53
<b>Total</b>		<b>171.435,53</b>

Como pode ser verificado acima no exercício corrente todos os valores referentes a repasse da Cota Cofen 25% sobre a receita que ingressaram nas contas correntes do conselho e foram repassados dentro do próprio exercício.

### Nota 14: Provisões a Curto Prazo:

#### • Provisões judiciais

O Conselho é parte envolvida em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Assim, em atendimento à NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes foram efetuados os registros das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, conforme quadro

TIPO DE PROVISÃO	2018	2017
01- Provisões trabalhistas	2.595.618,23	5.329.071,10
02- Provisões tributárias	82.601,79	673.660,23
03- Provisões cíveis	26.854,57	89.191,55
<b>Total</b>	<b>2.705.074,59</b>	<b>6.091.922,88</b>

Para constituição da provisão foi utilizado como base o Relatório de Provisionamento emitido pela Gerência Jurídica – GJUR, conforme termos processuais, contendo os detalhamentos de fase, valor econômico e risco relacionados às demandas judiciais que envolvem o Coren/SP. Este relatório foi elaborado pela Gerência Jurídica com base nos seguintes critérios:

a) *Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer (há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses do COREN-SP);*

b) *Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota (ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses do COREN-SP);*

c) *Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena (há decisão judicial favorável aos interesses do COREN-SP).*

As contingências cujos riscos de perda foram classificados como PROVÁVEL foram 100% provisionadas.

#### • Provisões de férias e encargos incidentes sobre férias

As provisões de férias são constituídas mensalmente em atendimento ao Regime de Competência com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do COREN-SP, acrescidos dos respectivos encargos sociais, conforme quadro abaixo:

TIPO DE PROVISÃO	2018	2017
01- Provisão de Férias	4.330.698,47	3.982.972,15
02- Provisão de INSS s/Férias	992.881,98	912.642,38
03- Provisão de FGTS s'/Férias	345.788,63	318.583,99
<b>Total</b>	<b>5.669.369,08</b>	<b>5.214.198,52</b>

### Nota 15: Demais Obrigações a Curto Prazo:

Compreende as demais obrigações junto a terceiros, não enquadráveis nos subgrupos acima elencados e com vencimento até o término do exercício seguinte.

## Notas Explicativas

### • Consignações em Folha de Pagamento

Constituem as retenções efetuadas em Folha de Pagamento, passíveis de repasse a terceiros, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2017
01- Mensalidades Sindicais	5.747,14	5.514,76
03- Vale Transporte		7.603,36
04- Plano de Saúde	33.651,53	59.144,66
05- Vale Refeição		259,50
06- Empréstimos Consignados	85.726,78	80.908,19
<b>Total</b>	<b>125.125,45</b>	<b>153.430,47</b>

Destacamos que durante o exercício de 2017 o Coren/SP celebrou convênios com a Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco, para concessão de empréstimos aos seus funcionários por meio de consignação em folha de pagamento.

### • Depósitos de Diversas Origens

Constituem depósitos efetuados em favor do Conselho, passíveis de repasse a terceiros ou identificação de sua origem, bem como outras obrigações não classificáveis nos itens anteriores, conforme detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2017
01- Depósitos a Identificar	4.097,47	4.015,86
02- Receitas a Classificar		646.870,29
03- Cauções de Terceiros	3.836,05	3.836,05
04- Restituições a Pagar	1.041,26	4.418,33
05- Honorários de Sucumbência	98.814,11	69.114,65
06- Receita a Classificar 2195	58,28	
07- Receitas a Classificar 3032	66.719,07	
<b>Total</b>	<b>174.566,24</b>	<b>728.255,18</b>

Os Depósitos a Identificar referem-se a valores que ingressaram nas contas bancárias do Coren/SP, ainda não identificados ou reclamados por terceiros. As Cauções de Terceiros constituem depósitos efetuados por fornecedores para garantia de participação em licitações e formalização de contratos.

Restituições a pagar constituem valores a serem restituídos aos profissionais da Enfermagem, pendentes de efetivação bancária até o momento.

Receita a Classificar são valores creditados em conta corrente que, no primeiro momento não foram identificadas pela GJUR (Gerência Jurídica), referente às execuções de dívida ativa.

### • Receita Antecipada a Curto Prazo:

O valor de R\$ 1.144.574,49 corresponde à parcela de recebimento antecipado de anuidades referente ao exercício de 2019. Tais valores foram reconhecidos no Passivo, sem o reconhecimento da VPA (Variação Patrimonial) correspondente, haja vista que o direito da entidade aos tributos ocorrerá no exercício seguinte, de acordo com o disposto no MCASP 8ª edição item 8.5, Parte II:

DESCRIÇÃO	2018	2017
01- Antecipação de Anuidades PF	1.144.574,49	543.259,39
<b>Total</b>	<b>1.144.574,49</b>	<b>543.259,39</b>

### Nota 16: Provisões à Longo Prazo:

No exercício corrente houve a segregação das provisões dos passivos trabalhistas em curto e longo prazo para que as informações contábeis sejam melhores evidenciadas em conformidade com a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes foram efetuados os registros contábeis das provisões para riscos fiscais trabalhistas, tributários e cíveis, conforme. Salientamos que durante o exercício de 2017 não houve esta segregação entre curto e longo prazo, conforme quadro abaixo:

TIPO DE PROVISÃO	2018	2017
01- Provisões trabalhistas	3.888.400,33	-
02- Provisões tributárias	32.018,83	-
03- Provisões cíveis	102.618,82	-
<b>Total</b>	<b>4.023.037,98</b>	

### Nota 17: Resultados Acumulados:

DESCRIÇÃO	2018	2017
01- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	244.779.320,38	146.104.561,70
02- Ajuste de Exercícios Anteriores	-17.592.467,84	-192.629,80
03- Resultado do Exercício		-209.535.752,53
04- Resultados Acumulados	-146.104.561,70	355.832.944,03

Na conta Ajuste de Exercícios Anteriores foram contabilizados os efeitos de alteração de critério utilizado para o cálculo da Dívida Ativa no exercício corrente, e nos dois exercícios anteriores de 2016 e 2017.

Isto ocorreu devido ao fato de que o relatório enviado pela GTI (Gerência de Tecnologia da Informação) estava considerando além da posição dos créditos inscritos em dívida ativa e sua atualização monetária também foram considerados a anuidade do exercício corrente.

Para que fosse regularizada esta situação, foram solicitados novos relatórios à GTI dos exercícios de 2016 e 2017 da mesma forma em que foi extraído o relatório de 2018, isto é, sem o efeito da anuidade do exercício corrente. Da análise destes relatórios, verificou-se que não é possível segregar o valor principal da atualização monetária, deste modo foi consenso entre as áreas técnicas Controladoria e Contabilidade o reconhecimento como ajuste desse valor como resultado exercícios anteriores conforme quadro abaixo:

Composição da Conta 2018	R\$
01- Saldo Anterior	-192.629,80
02- Ajuste de Critério Dívida Ativa	17.618.731,32
03- Regularizações de Pendências em anos anteriores	166.366,32
04- Saldo Final 31/12/2018	17.592.467,84

O resultado patrimonial foi apurado com base no Regime de Competência das receitas e das despesas, de acordo com as normas contábeis. Compreende o superávit patrimonial da Autarquia (Resultado do Exercício), a saber:

01- ( + ) Variação Patrimonial Aumentativa	441.120.001,06
02- ( - ) Variação Patrimonial Diminutiva	360.037.710,22
03- ( = ) RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	81.082.290,84

## Notas Explicativas

### Demonstrações das Variações Patrimoniais

**A** Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, temos que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

### Nota 18 Contribuições:

Receita de Arrecadação de Anuidade houve um crescimento de 17% do exercício 2017 para 2018, isto foi possível devido ao número de crescimento de novos profissionais inscritos, ou seja, o crescimento vegetativo, bem a incidência da correção através do INPC.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	2018	2017
01- Contribuições	163.572.747,27	139.592.470,42
02- Exploração e venda de bens, serviços e direitos	20.619.724,46	18.081.323,23
03- Variações patrimoniais aumentativas financeiras	5.368.339,65	4.575.565,27
04- Valorização e ganhos com ativos	16.000,05	19.546,02
05- Outras variações patrimoniais aumentativas	251.543.189,63	426.303,91

### Nota 19 Exploração e Vendas de Bens, Serviços Direitos:

**C** Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a exploração e venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, segregando-se a venda bruta das deduções como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Receita de Prestação de Serviços são compostas, taxas cobradas no exercício de poder de polícia são: Taxas de inscrições pessoas físicas, Expedição de Certidão PJ, Expedição de Carteiras PF, Taxa de Inscrição Pessoas Jurídicas e Outros Serviços, houve um crescimento, quando comparamos os exercício de 2017 e 2018, de 14%, este crescimento se justifica pelo aumento do número de novos profissionais.

### Nota 20 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras:

**R** Representam o somatório das variações patrimoniais aumentativas decorrentes de operações financeiras. São exemplos: juros e encargos de empréstimos internos concedidos, juros e encargos de empréstimos externos concedidos, juros e encargos de financiamentos internos concedidos juros e encargos de mora, etc.

As Receitas Patrimoniais houve um crescimento de 17,32%, quando comparamos os exercícios de 2017 e 2018, as receitas são provenientes aos rendimentos aplicados pelo Coren-SP em Caderneta de Poupança e CDB.

### Nota 21 Valorizações e Ganhos com Ativos:

**R** Representam o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos. São exemplos: reavaliação de imobilizado, reavaliação de intangíveis, ganhos com alienação de investimentos, ganhos com alienação de imobilizado, ganhos com incorporação de ativos por descobertas, ganhos com desincorporação de passivos, etc.

Quando comparamos os exercícios de 2017 e 2018, os ganhos na venda de Ativos representaram um crescimento de aproximadamente 22%.

## Notas Explicativas

### Nota 22 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas:

Representam o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. São exemplos: resultado positivo de equivalência patrimonial, reversão de provisões e ajustes de perdas, etc.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, item de maior representatividade no grupo, houve um aumento significativo devido mudanças na políticas contábeis, visando ao atendimento das Normas Brasileiras aplicadas a Setor Público como : à reversão de Provisões para perdas com dívida ativa, reversão de processos trabalhistas, cíveis e demais provisões.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	2018	2017
01- Pessoal e encargos	69.323.765,51	59.309.498,42
02- Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	23.202.122,62	25.747.410,70
03- Variações patrimoniais diminutivas financeiras	3.654.187,49	169.339,16
04- Transferências concedidas	34.153.750,15	32.434.948,10
05- Desvalorização e perda de ativos	224.481.194,64	246.680.003,38
06- VPD Tributárias	15.456,59	14.039,99
07- Outras variações patrimoniais diminutivas	5.207.233,22	8.375.721,63

### Nota 23: Pessoal e Encargos:

Resultantes da remuneração do pessoal ativo, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público.

As despesas com pessoal e encargos cresceu em 16,88% devido aos ao dissídio coletivo 3%, estendido a todos os benefícios como Vale Alimentação, Vale Refeição, auxílio creche e a avaliação de todos os funcionários de carreira 3%, a partir do mês de Janeiro/2018 e a contração de 10 novos fiscais.

### Nota 24 Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo:

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Quando analisamos os exercícios de 2017 e 2018, notamos uma redução de aproximadamente 9%, tendo como um dos fatores, o consumo inferior de materiais de consumo durante o exercício de 2018.

### Nota 25 Variações patrimoniais diminutivas financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

No exercício de 2018, houve uma mudança no critério contábil de registro do desconto financeiro, visando atender as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Este reflexo pode ser notado quando comparamos os exercício de 2017 e 2018. Estes descontos são aplicados para anuidades pagas nos meses de janeiro/2018 (10%), Fevereiro/2018 (5%).

### Nota 26 Transferências concedidas:

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Quando analisamos os exercícios de 2017 em comparação ao 2018, as transferências de cota parte repassadas ao Conselho Federal (Cofen) cresceu 5,30% de um exercício para o outro.

### Nota 27 Desvalorização e perda de ativos:

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo e desincorporação de ativos, como por exemplo a desincorporação da dívida ativa tributária.

Os ajustes de perdas de dívida ativa foram realizados com base em cálculos dos recebíveis dos exercícios de 2016,2017 e 2018 confrontados pelo estoque da dívida para estes exercícios, aplicando-se, a estes saldos de estoque devedor, um índice de provável perda para cada exercício.

### Nota 28 VPD Tributárias:

Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas relativas às obrigações de responsabilidade do ente ou entidades públicas relativas à impostos, taxas e contribuições de melhoria.

### Nota 29 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

São valores referentes à constituição de provisões de riscos trabalhistas, riscos fiscais e cíveis houve um decréscimo quando comparados os exercícios de 2017/2018 de aproximadamente 60%, ocasionado pelo mudança de critério de contábil.

## Notas Explicativas

### Nota 30 Resultado Patrimonial:

Resultado patrimonial do período é calculado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Quando este resultado é positivo temos superávit patrimonial. Caso contrário temos um déficit patrimonial no período.

Em 2018 o resultado Patrimonial do Coren-SP foi um superavitário em R\$ 81.082.290, já no exercício de 2017 ocorreu Déficit Patrimonial de (R\$ 209.535.752,) e esta variação ocorreu devido a reversão de provisões para perdas com dívida ativa, reversões de provisões trabalhistas cíveis e demais provisões no exercício de 2018, visando atender as normas contábeis vigentes.

### Nota 33 – Saldo em Espécies do Exercício Anterior:

	2018	2017	AH
01- Saldo em espécie do Exercício Anterior	36.494.089,28	18.320.530,48	99,20%
02- Caixa e Equivalente de Caixa	35.861.114,29	17.375.475,73	106,39%
03- Depósitos Rest. Vlr's Vinculados	632.974,99	945.054,75	-49,30%

Comparando o Saldo em Espécies Exercício Anterior verifica-se um crescimento de 5,88%, sendo que a composição deste grupo de contas é representado pelas disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa de curtíssimo prazo como aplicações financeiras em CDB, Caderneta de Poupança e Saldos em Contas Correntes.

#### COREN/SP

#### DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR - PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2018

LRF, artigo 53, inciso V

CONTA	Inscrições Exercícios Anteriores		Liquidat	Movimentação 2018						Inscrição ao Final do Exercício 2018		Saldo para 2019	
	Proces.	Não Proces.		Pagamentos	Cancelamentos		Prorrogado		Proces.	Não Proces.	Proces.	Não Proces.	
					Proce s.	Não Proces.	Proces.	Não Proces.					
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	1.128.265,00	434.590,34	434.590,34	1.128.265,00	434.590,34	-	-	-	-	1.210.454,99	489.353,33	1.210.454,99	489.353,33
Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas	1.128.265,00	434.590,34	434.590,34	1.128.265,00	434.590,34	-	-	-	-	1.210.454,99	489.353,33	1.210.454,99	489.353,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	796.687,46	2.127.944,18	1.490.397,63	756.115,75	1.483.833,49	-	198.145,10	40.571,71	439.401,45	531.523,68	2.167.623,32	572.095,39	2.607.024,77
Transferências da Intragovernamentais	171.435,53	-	-	171.435,53	-	-	-	-	-	221.348,34	-	221.348,34	-
Outras despesas Correntes - Aplicações Diretas	625.251,93	2.127.944,18	1.490.397,63	584.680,22	1.483.833,49	-	198.145,10	40.571,71	439.401,45	310.175,34	2.167.623,32	350.747,05	2.607.024,77
INVESTIMENTOS	209.057,50	307.028,67	87.866,08	209.057,50	87.866,08	-	219.162,59	6.564,14	-	-	157.560,81	6.564,14	157.560,81
Investimentos - Aplicações Diretas	209.057,50	307.028,67	87.866,08	209.057,50	87.866,08	-	219.162,59	6.564,14	-	-	157.560,81	6.564,14	157.560,81
<b>TOTAL</b>	<b>2.134.009,96</b>	<b>2.869.563,19</b>	<b>2.012.854,05</b>	<b>2.093.438,25</b>	<b>2.006.289,91</b>	<b>-</b>	<b>417.307,69</b>	<b>47.135,85</b>	<b>439.401,45</b>	<b>1.741.978,67</b>	<b>2.814.537,46</b>	<b>1.789.114,52</b>	<b>3.253.938,91</b>

Nota: Restos a Pagar Não Processados Liquidados e não pagos e não cancelados terão seus valores inseridos na coluna de Prorrogação de Processados.

### Execução Restos a Pagar

### Notas 31 e 32 – Inscrição de Restos a Pagar Processados e não Processados:

	2018	2017	AH
01- Inscrições em Restos a Pagar Processados	1.741.978,67	1.976.536,18	-13,46%
02- Inscrições em Restos a Pagar não Processados	2.814.537,46	2.533.396,20	11,09%
03- Total	4.556.516,13	4.509.932,38	1,03%

No fim de cada exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar, e distinguem-se em dois tipos: os restos a pagar processados (despesas já liquidadas) e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

Do total de inscrições de restos a pagar processados 2018 em relação a 2017 constata-se um aumento de 40%, já os restos a pagar não processados representou em variação de aproximadamente 11%, informamos que a composição de restos a pagar são provenientes, na sua maioria de saldos de empenhos devidos aos prestadores de serviços do Coren/SP. Acompanha o quadro principal do Balanço Orçamentário, os quadros da execução dos Restos a Pagar Não Processados e execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.



## Notas Explicativas

### Nota 34 e 35 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados e não Processados:

	2018	2017	AH
01- Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.006.898,91	1.655.610,86	21,22%
02- Pagamentos de Restos a Pagar Processados	2.093.438,25	1.794.592,60	16,65%
03- TOTAL	4.100.337,16	3.450.203,46	18,84%

Os pagamentos de restos a pagar processados e não processados em 2018, foram pagos 13% a mais comparados com o exercício 2017, sendo que o maior destaque se refere ao restos a pagar processados representado por 31% de crescimento em 2018.

### Nota 36 – Saldo em Espécies para o Exercício Seguinte:

Comparando o Saldo em Espécies Exercício Seguinte verifica-se um crescimento de aproximadamente 99% de 2017 para 2018 devido ao aumento nos saldos das disponibilidades financeiras representadas por caixa e equivalentes de caixa de curtíssimo prazo como aplicações financeiras em CDB, Caderneta de Poupança e Saldos em Contas Correntes.

	2018	2017	AH
01- Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	55.056.381,95	36.494.089,28	50,86%
02- Caixa e Equivalente de Caixa	54.043.399,62	35.861.114,29	50,70%
03- Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	1.012.982,33	632.974,99	60,03%

### Nota 37 – Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa:

	dez/18	dez/17	AH(%)
01- Atividades Operacionais	18.749.379,36	18.703.405,16	0,24%
02- Atividades de Investimentos	-567.094,03	-217.766,60	-160,41%
03- Atividades de Financiamento			
04- Total	18.182.285,00	18.485.639,00	-1,66%

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período no exercício de 2018 o valor foi superavitário de R\$ 18.182.285,33 e houve uma redução de -1,64% em comparação a 2017 que foi superavitário em 18.485.638,56, portanto uma redução do superávit em R\$ 303.353,23.

## **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

## Tratamento das Determinações e Recomendações do TCU

---

○ Conselho toma ciência dos Acórdãos do TCU relacionados a este órgão por meio dos ofícios encaminhados pelo Tribunal, bem como por meio de acompanhamento no site do TCU.

Os Acórdãos proferidos em 2018 não contemplam determinações ou recomendações ao Coren-SP, cabendo destaque apenas para o Acórdão nº 1814/2018 (TCU – Plenário) de 08/08/2018, o qual refere-se ao monitoramento realizado pelo TCU sobre o atendimento das recomendações contidas no Acórdão 816/2015 – Plenário, retificado pelo Acórdão 1200/2015 Plenário. O Acórdão de 2015 apreciou a auditoria de conformidade realizada no ano de 2014 em vários Conselhos de fiscalização profissional, dentre eles o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

No trabalho realizado foram identificados achados, entre outros, relacionados à ausência de elaboração de plano estratégico e de definição de metas, ausência de instituição de unidade de auditoria interna ou instituição da

unidade não vinculada diretamente à alta administração da unidade, inexistência de código de ética próprio, falhas na capacitação dos empregados, ausência de normas uniformes ou manuais para a realização das principais atividades, inexistência de realização de diagnósticos de riscos, ausência de segregação de funções e de rotatividade de funções.

Já no Acórdão de 2018 consta que a Secex-SP verificou considerável evolução da situação encontrada, sendo que a maioria das recomendações dirigidas aos Conselhos Regionais fiscalizados foram acolhidas e atendidas, havendo poucas em fase de implementação. Desse modo, os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDARAM por considerar como atendidas as recomendações formuladas no Acórdão 816/2015–TCU–Plenário, sem expedir novas recomendações.

## Visão Geral do Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

---

**Em** 2018 a Controladoria Geral do Cofen emitiu parecer sobre a Prestação de Contas do exercício de 2017 do Coren-SP, conforme Certificado de Auditoria PC nº 040/2018, e opinou pela regularidade com recomendações da citada prestação de contas anual. As recomendações emitidas pelo Federal podem ser verificadas na página de transparência do Conselho (Planejamento e Gestão/Prestação de Contas).

No decorrer de 2018 a Controladoria Geral do Coren-SP redigiu 20 (vinte) relatórios denominados “recomendações”, sendo que nesses documentos são emitidas recomendações às áreas responsáveis pelo atendimento e decorrem do controle preventivo realizado pelo setor. Também foram emitidos apontamentos e recomendações provenientes das análises dos processos que são escopo de análise do setor, conforme prevê Norma Interna Coren-SP/CG/NI/001/2013 Versão 3.0, tais como: compras e contratações, renovações contratuais e pagamentos.

Já em relação aos controles repressivos, a Controladoria Geral realizou auditoria sobre os contratos com instituições financeiras do Conselho e sobre os pagamentos de diárias e passagens aéreas.

O setor monitora seus apontamentos e recomendações desde 2015, isto em atendimento ao recomendado pelo TCU no Acórdão nº 816/2015 para o achado “Ausência de realização de monitoramento do sistema de controle interno”.

Para mais detalhes sobre as recomendações e o monitoramento delas, vide Relatório de Atividades da Controladoria Geral – 2018 na página de transparência do Conselho. <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/controle-interno/>

## Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

---

### Apuração de atos ilícitos

Os eventuais atos ilícitos administrativos quando cometidos por agentes do conselho são tratados por Comissões Disciplinares (CPAD) por meio da abertura de sindicâncias ou processo administrativo disciplinar.

Para a realização desses procedimentos o Conselho segue, atualmente, o manual da Controladoria Geral da União e o disposto, onde compatível, nas Leis nº 9.784/99 e 8.112/90, e ainda, na legislação interna que institui o Código de Ética dos empregados do Conselho Federal de Enfermagem e seus Regionais formalizado pela Resolução Cofen nº 507/2016.

Saliente-se que em dezembro de 2018, foi aprovada pelo Plenário conforme decisão DECISÃO/PLENÁRIO/12/2018 a criação do setor de Corregedoria, para competência e aperfeiçoamento dos procedimentos de correição e apuração de ilícitos administrativos, com início de suas atividades em 2019. <http://ouvidoria.cofen.gov.br/corensp/transparencia/>

### Medidas Administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

A Controladoria Geral, por meio do Controle Interno e Auditoria Interna, tem a capacidade de identificar as impropriedades administrativas, porém o Coren-SP não possuía estrutura para dar seguimento a essas constatações, por exemplo, instaurar comissões de apuração de responsabilidade e possíveis ações de ressarcimento dos danos.

Por esta razão, foi criada internamente a estrutura de Corregedoria-Geral. A área encontra-se operacionalizando o levantamento dos procedimentos administrativos já existentes, e devido a necessidade de estruturação (espaço físico, lotação de empregados e equipamentos) iniciou suas atividades a partir de 02/01/2019, e ainda será responsável pela criação do planejamento de ações estratégicas necessárias para apuração de dano ao erário.

## Créditos

---

A elaboração deste Relatório de Gestão contou com a contribuição das seguintes áreas do Coren-SP:

### Presidência

#### Diretoria

#### Preparo e disponibilização das informações

- Câmara Técnica
  - Controladoria Geral
- Conselheiro Ingressa Coren
  - Conselheiro Ouvidor
    - Corregedoria
- Gabinete da Presidência
- Gerência Administrativa
- Gerência de Atendimento ao Profissional
  - Gerência de Comunicação
- Gerência de Compras e Contratos
- Gerência Coren-SP Educação
  - Gerência de Fiscalização
- Gerência Financeira/ Contabilidade
  - Gerência Gestão de Pessoas
  - Gerência Jurídica- Dívida Ativa
- Gerência de Tecnologia da Informação

### Execução

- Chefe de Gabinete da Presidência
- Gerente Executivo Administrativo
  - Gerente Financeiro
  - Coordenador da Contabilidade
- Coordenador do Suporte da Área de TI

2018

# Relatório de Gestão

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo  
Coren-SP

